

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Os estudantes secundaristas em luta contra a reorganização escolar
paulista: um estudo de caso**

CLARA ETIENNE E SILVA ARREGUY

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Viana Rodrigues

São Paulo – SP

2017

Os estudantes secundaristas em luta contra a reorganização escolar paulista: um estudo de caso

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos estudantes secundaristas das escolas públicas paulistas frente ao governo do Estado de São Paulo, e seus desdobramentos. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, através do qual se estabeleceu um espaço de tempo específico para análise, que compreende de 23 de setembro de 2015 a 04 de dezembro do mesmo ano, datas em que o governador Geraldo Alckmin criou e revogou o Decreto que previa medidas para implementação da chamada reorganização escolar enquanto política pública. O estudo se vale de materiais diversos como relatos, documentos, reportagens, etc. Assim, pretende-se analisar os condicionantes do processo de implementação e revogação da referida medida em um contexto de disputas entre o Estado e os estudantes.

Palavras chaves: Movimentos Sociais; Estudantes Secundaristas; Ocupação;

ABSTRACT

This essay purpose is to analyze the activities and organization made by secondary students to oppose São Paulo state educational reforms, along with its outputs. For that, these study focus on a single case, which happened during September 23 2015 and December 4 of the same year. In these period, São Paulo state governor Geraldo Alckmin issued and later revoked a decree, which tried to implement a public policy aiming to “reorganize” high secondary school in a statewide level. This study development is based on several articles, documents and interviews, which aims to analyze the factors behind the issue of the decree and its revocation and the dispute between students and the State.

Keywords: Social Movements; Secondary Students; Occupy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
DRE	Diretoria Regional de Ensino
E.E	Escola Estadual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
G.A.S	Grupo Autônomo Secundarista
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
ME	Movimento Estudantil
MPL	Movimento Passe Livre
MS	Movimento Secundarista
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
S.E.M	Secretaria Municipal de Educação
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paulista dos Estudantes Secundarista
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Sobre a categoria “movimento social”	16
2.2 Sobre a categoria “juventude”	19
2.3 Sobre a categoria “movimento estudantil”	21
3. METODOLOGIA.....	24
4. O ESTADO E A CHAMADA “REORGANIZAÇÃO”	26
5. REAÇÃO DOS ESTUDANTES E ORGANIZAÇÃO DA LUTA SECUNDARISTA.....	38
6. AS OCUPAÇÕES.....	51
6.1 Meninas de luta	56
7. A REVOGAÇÃO DO DECRETO COMO RESULTADO DA LUTA	60
8. CONCLUSÃO.....	65
Bibliografia.....	68
ANEXOS	71

1. INTRODUÇÃO

Quando eclodiu o processo de ocupações das escolas públicas em 2015 contra o fechamento de escolas proposto pelo governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, através da Secretaria Estadual de Educação, poucos poderiam prever a emergência de um movimento por mudança social originado entre os estudantes secundaristas. Seja por desconhecimento da precária situação escolar em que se encontravam os estudantes, seja por preconceitos que frequentemente os identificavam como desinteressados e incapazes acerca dos debates de interesse público¹, ou mesmo por desprezo dessa camada que, assistida por uma situação jurídica particular – o Estatuto da Criança e do Adolescente –, supostamente teria sua voz ouvida apenas na esfera alienadora da indústria cultural. Entretanto, esses mesmos jovens participaram ativamente de um dos mais importantes desdobramentos da dinâmica política brasileira recente. Se junho de 2013 estabeleceu um novo e complexo cenário, no qual a força popular se expressou em pulsão confrontadora da tradicional dinâmica institucional, os secundaristas levaram a cabo uma nova forma de enfrentamento em relação às políticas públicas *top-down* impostas pelo Estado.

Passados dois anos desde o ocorrido, é possível observar hoje que a decisão de fechar as escolas, defendida estritamente pelo ângulo técnico-administrativo, correspondeu a uma compreensão limitada da estrutura escolar por parte do Estado, uma vez que tanto o Secretário de Educação, Herman Voorwald, quanto o Governador, Geraldo Alckmin, desconsideraram as demais perspectivas de agentes incluídos na comunidade escolar. Desse modo, o Estado optou por enxergar a escola como um conjunto de relações racionalmente ordenadas pelos técnicos da Secretaria de Educação, em detrimento de uma concepção mais ampla da realidade dessas escolas, como estruturas marcadas pela existência de grupos sociais com características

¹ A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, publicou uma nota durante as ocupações dos estudantes: “As manifestações, embora legítimas, não podem desinformar e alimentar em pais e alunos falsos temores. Também não podem sobrepor o direito dos estudantes paulistas por uma educação de mais qualidade”. Dessa forma, a secretaria expõe a visão do Estado sobre os estudantes como incapazes de compreender seus próprios direitos acerca da educação pública, os quais se encontram na ponta da política pública proposta. Ver em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/professores-e-alunos-de-sp-fazem-ato-em-frente-secretaria-de-educacao.html>.

específicas e sociabilidades próprias². Todavia, a maneira como essas insatisfações foram canalizadas pelos secundaristas não pode ser desconectada do restante da vida política do país.

Pode-se afirmar que a série de acontecimentos posteriores ao levante popular ocorrido em junho de 2013 ainda não cessou de engendrar disposições antagônicas no interior da sociedade brasileira. Dos macros acontecimentos políticos recentes, observados, por exemplo, na articulação parlamentar que culminou com o impedimento da Presidenta eleita Dilma Rousseff, aos micro dramas domésticos, vistos com perplexidade por todos quando do assassinato seguido de suicídio por um pai que não aceitava as posições políticas progressistas defendidas por seu filho junto ao movimento de ocupações³, o acirramento das lutas políticas parece estar longe do fim.

Em dezembro de 2016, uma nova onda de ocupações de escolas e universidades se espalhou pelo Brasil inteiro. Além de se tornar pauta constante nos noticiários, o debate público se viu frente, novamente, à necessidade de interpretar e discutir o tema, ainda que sob frágeis bases de informação factual, como tem ocorrido de maneira cada vez mais constante nestes tempos em que boatos e afetividade dissociada de alteridade se sobrepõem ao imperativo de uma razão democrática⁴.

² Essa reflexão deriva das considerações feitas por Antonio Candido em artigo de 1956, mas bastante atual. Segundo ele: “[...] se há uma organização administrativa igual para todas as escolas de determinado tipo, pode-se dizer que cada uma delas é diferente da outra, por apresentar características devidas à sua sociabilidade própria [...] Limitando a sua visão ao ângulo administrativo, o educador terá, em consequência, uma visão limitada; abrangerá um aspecto importante, e para ele principal, mas que não exprime a realidade da escola. Com efeito, colocando-se numa posição em que pode considerar apenas a vida consciente e racionalizada do grupo, deixa de lado a sua vida profunda, espontânea, fruto da integração dos seus membros e que nem sempre encontra modos de exprimir-se pelas normas racionalmente previstas” (Candido, 1977 [1956], p.108).

³ “Após discussão, pai mata filho de 20 anos e comete suicídio em Goiás”. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1832566-apos-discussao-pai-mata-filho-de-20-anos-e-comete-suicidio-em-goias.shtml> (Acessado em 10/11/2016).

⁴ Para além dos porta-vozes tradicionalmente associados à esquerda ou à direita do espectro político, temas sociais e políticos estão sendo tomados de assalto por figuras públicas até então vistas como despolitizadas (ou, no dizer dos próprios, “apartidárias”) no debate público. É o caso, por exemplo, do ator Alexandre Frota que ganhou notoriedade ao defender as teses do grupo Escola Sem Partido, e da simpatia que suas propostas tem despertado no Ministro da Educação Mendonça Filho, de notórias posições conservadoras. (Ver: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/06/23/as-propostas-alexandre-frota-para-o-brasil/> acessado em 01 de novembro de 2016). O apresentador Ratinho, outra figura popular que com o seu programa televisionado adquiriu bastante espaço na sala de estar da população brasileira, também tem se mostrado um firme combatente das lutas secundaristas, como atesta uma gravação na qual ele desqualifica as pautas do movimento como sendo “coisa de um bando de idiotas liderados por esquerdopatas” (Ver:

As posições contrárias ao movimento secundarista⁵ parecem aprofundar um discurso crescente – embora não inédito⁶ – de que a sociedade vive em estado de anomia em relação às suas tradicionais instituições: quando os estudantes não respeitam a direção da escola, os filhos não respeitam seus pais, o povo não respeita a ordem, etc. Tais acusações ancoram-se em um pressuposto que vem desfrutando de cada vez mais espaço nos meios de comunicação, e que pode ser resumido em um tautológico bordão propagado pelos comentaristas de diferentes *media*: “direitos demais = deveres de menos”. Evidentemente, trata-se também de um dos apontamentos relativo aos comportamentos e costumes dos jovens secundaristas.

Todavia, não cabe aos brasileiros a originalidade desse pensamento, uma vez que, segundo alguns, essa fórmula pode ser estendida ao atual estado de várias democracias ao redor do mundo (cf. Arantes, 2015). O mecanismo existente por trás desse mote foi explorado por Jacques Rancière como uma forma contemporânea de “ódio à democracia”, e que também pode ser observado no caso estadunidense. Segundo ele:

Na realidade, o discurso duplo sobre a democracia não é novo. Nós nos acostumamos a ouvir que a democracia era o pior dos governos, com exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático traz uma versão mais perturbadora da fórmula. O governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações (Rancière, 2014, p.10).

Esse cenário de suspeitas generalizadas com a forma democrática traz em seu bojo um processo agonístico por espaços tradicionalmente estabelecidos. E a compreensão da relação entre as diferentes posições

<https://www.youtube.com/watch?v=u8R4O9zExVU>, acessado em 04 de novembro de 2016). Para além da prévia distância da política institucional estabelecida pelos citados acima, o que interessa aqui é a postura autoritária apresentada, e conseqüentemente antidemocrática de ambos, uma vez que limitam o debate político acerca das pautas apresentadas.

⁵ No decorrer deste trabalho termos distintos serão utilizados para se referir à mesma ação coletiva empreendida pelos estudantes secundaristas: “movimento secundarista”, “secundaristas”, “ocupações”, “movimento de ocupações” e “movimento de ocupação de escolas”.

⁶ Ver: Gay, 1995 e Rancière, 2014.

existentes na implementação de políticas públicas se faz bastante necessária, justificando a pertinência de uma pesquisa sobre o movimento secundarista no contexto aqui apresentado. Tal é o objetivo geral desta pesquisa.

Do ponto de vista específico, pretende-se aqui analisar o caso do movimento secundarista de um dado espaço de tempo: 23 de setembro de 2015 – data em que foi publicamente exposta a chamada “reorganização escolar” – a 4 de dezembro do mesmo ano, dia em que o governador de São Paulo publicou o Decreto revogando a medida. Para tanto, optou-se por focalizar a análise das dinâmicas dos estudantes, que tiveram rápida ascensão e produziram novas formas de ação política frente às medidas autoritárias do Estado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender uma articulação orientada contra um determinado ato administrativo do Poder Público, como é o caso da ação empreendida pelo movimento de estudantes aqui analisados, exige uma ruptura com representações pertencentes à esfera do senso comum. Desse modo, é necessário que se faça uma breve explanação sobre três categorias que estão presentes no processo analisado neste trabalho. A saber: a) movimento social; b) juventude; c) movimento estudantil.

2.1 Sobre a categoria “movimento social”

Vasta é a fortuna crítica sobre a noção de movimento social, e muitas são as considerações de ordem teórica a seu respeito. Todavia, para o propósito deste trabalho, é pertinente a definição já consagrada de Maria da Glória Gohn, segundo a qual os movimentos sociais podem ser considerados “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335). De acordo com este entendimento, tais ações criam uma série de estratégias e táticas que passam a compor o repertório de luta político-social dos grupos, desenvolvidos de acordo com as demandas do contexto em que se encontram. Para a autora, uma das premissas básicas sobre os movimentos sociais é que eles contribuem para o funcionamento da dinâmica social, criando “matrizes geradoras de saberes”:

Para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011, p. 333).

Ao buscarem a mudança ou conservação de algum ato do Poder Público, os movimentos sociais se caracterizam por uma atuação cíclica.

Segundo Frank e Fuentes (1989), esse caráter cíclico se deve ao fato de que os movimentos sociais são instigados pelas circunstâncias, de modo que sua atuação varia de acordo com flutuações políticas, econômicas e ideológicas. Nesse sentido, os movimentos sociais possuem uma volatilidade decorrente de seu caráter defensivo. Assim, sua capacidade de articulação contra uma determinada medida do Estado visa o preenchimento dos espaços políticos não ocupados pela dinâmica institucional: “os movimentos sociais entram em espaços onde não existem instituições, ou quando estas não promovem ou vão contra os interesses da população” (FRANK e FUENTES, 1989, p. 26). Essa característica plástica e reativa dos movimentos sociais é útil na análise da ação empreendida pelos estudantes diante do fechamento de escolas proposto pelo governo do Estado.

Muitas foram as inovações produzidas pelos secundaristas nesse novo contexto político que se formou em paralelo ao espaço institucional, e alguns atentos pesquisadores já destacaram parte desse novo repertório de práticas e discursos que tem ganhado corpo desde então. Essas questões serão investigadas no decorrer deste trabalho. Todavia, é importante que se façam aqui breves apontamentos. Mais especificamente, dois pontos de partida devem ser considerados para uma melhor compreensão do problema que este trabalho se propõe analisar: i) a reformulação e a refutação de propostas estabelecidas pela esquerda hegemônica, em benefício de uma concepção mais próxima daquilo que podemos chamar provisoriamente de autonomismo; ii) as táticas e estratégias que foram aperfeiçoadas durante os movimentos *Occupy* e que criaram novas possibilidades de diálogo com a opinião pública e de barganha com os representantes do Estado.

Pablo Ortellado (2016) afirma que, diferente de uma tradição já estabelecida de luta social por direitos, a atuação dos secundaristas se pautou, ainda que não totalmente por eles assimilada em tais termos, por práticas que nos remetem ao autonomismo⁷. Tal consideração tem sua plausibilidade, já

⁷ Por autonomismo, podemos entender: *may broadly refer to a number of different theories and movements that, while in some ways disparate, can be said to share several underlying aims and principles. Autonomism assumes a perspective of critical and reflexive Marxism, emphasizing both its essentially negative and open-ended nature – as with any critical theory – and identifying its own theory and practice as anti-hierarchical, anti-capitalist, and anti-authoritarian. Similarly, while retaining the centrality of class struggle, autonomist currents maintain the need for revolt and self-emancipation by the exploited and oppressed themselves,*

que parte do léxico secundarista, como será visto, esteve em consonância com noções utilizadas pelos chamados autonomistas: “coletivo”, “não liderança”, “horizontalidade das decisões”, “democracia direta”, “disputa de narrativas”, etc.

O movimento de ocupações iniciado em 2011, e que foi marcado pela existência de acampamentos de estudantes e trabalhadores em vias públicas ao redor do mundo, teve como princípio, segundo João Alexandre Peschanski (2012, p. 27) a crítica à desigualdade econômica, com reflexos também no Brasil.

No que diz respeito à ligação transcultural do movimento de ocupação de escolas com o processo mais geral visto em diversos países, embora seja reconhecida a recepção que essa estratégia de ocupações teve por parte dos militantes brasileiros de diversos movimentos sociais, é necessário também que se mantenha certo cuidado para não associar automaticamente uma dinâmica à outra. Poucas vezes generalizações amplas realmente serviram para investigar as recentes dinâmicas sociais transculturais. É o que diz Judith Butler, por exemplo, a respeito daquilo que a mídia definiu como “Primavera Árabe”:

A linguagem da teoria nos ajuda algumas vezes a superar diferenças qualitativas e históricas entre movimentos de protestos, produzindo um discurso interdisciplinar; talvez isso também nos permita sentir mais rapidamente o potencial nascente para solidariedade entre diversos movimentos políticos que são desafiados pela sobreposição das realidades locais. E embora um processo em cadeia de citações possa ser facilmente percebido por ativistas do Zuccoti Park, citados pelos ativistas da Praça Tahir (2009), e os ativistas de Gezi Park citados por Zuccoti e Puerte del Sol, provavelmente é melhor pensar essas alianças através do espectro geopolítico, como permitindo tanto ressonância como dissonância (BUTLER, 2014, vii, tradução própria)⁸.

as a self-valorizing agency, and not by a “vanguard party” or other self-declared liberator. The theory of autonomy can thus be defined as one of self-determination over the form and substance of life, both collectively and individually. Unlike orthodox Marxism, autonomous movements can also be defined as “anti-political” and indeed “anti-state,” in that they reject the traditional means of political action and the traditional goal of assuming “political power” embodied in the state-form (Garland, 2009, p.322).

⁸ No original: *The language of theory helps us to sometimes overcome qualitative and historical differences among protests movements, producing a cross-disciplinary discourse; perhaps it also allows us to feel more quickly the nascent potential for solidarity among various political movements that are challenged by overlapping global realities. And though a certain citation chain can be discerned clearly whereby Zuccoti Park activists cited Tahir Square (2009), and Gezi Park activists cited Zuccoti and Puerte del Sol, it is probably best to think of these alliances across the geopolitical spectrum as allowing for both resonance and dissonance (Butler, viii).*

Assim, consideradas as devidas diferenças e proximidades qualitativas e históricas, é possível situar teoricamente esses diferentes movimentos, que se utilizaram das ocupações para aumentar seu potencial de barganha, em um processo mais amplo de reivindicação dos espaços públicos por parte da sociedade civil organizada, como forma de se inserirem nos debates públicos e exigirem maior participação nas arenas políticas.

2.2 Sobre a categoria “juventude”

Sabe-se que, do ponto de vista sociológico, as faixas etárias correspondem a arbitrários culturais. Segundo Pierre Bourdieu (2003), a divisão entre jovens, adultos e velhos esconde relações de poder desigualmente distribuídas no espaço social. O autor chama atenção para o fato de que a juventude e a velhice são constructos sociais que se realizam na luta simbólica entre grupos afetados por essas classificações. Essa perspectiva relacional defendida pelo sociólogo possibilita o entendimento de que a “juventude” só pode ser considerada no plural, uma vez que diversas são as esferas de socialização existentes entre os referidos jovens, bem como os marcadores que os diferenciam entre si, a exemplo de classe, raça e gênero. Os *habitus*⁹ que diferenciam esses agentes tendem a reproduzir a posição que eles ocupam no espaço social¹⁰.

É necessário também ponderar, quando se discute a atuação das parcelas mais jovens, sobre os usos que a sociedade é autorizada a fazer delas. É o que diz Karl Mannheim:

O problema sociológico está em que, embora surjam sempre novas gerações – consideradas enquanto grupos de idades

⁹ Das diversas definições de *habitus* apresentadas por Bourdieu, talvez a seguinte seja uma das mais sintéticas: *Um sistema de disposições duraderas y trasladables que, integrando experiencias pasadas, funciona en todo momento como una matriz de percepciones, apreciaciones, y acciones y hace posible la realización de tareas infinitamente diversificadas.* (BOURDIEU apud WACQUANT, 2008, p. 44).

¹⁰ É o que se vê, por exemplo, no caso francês analisado por Bourdieu: *Se comparássemos os jovens das diferentes frações da classe dominante, por exemplo, todos os alunos que entram na École Normale, na ENA, etc., no mesmo ano, veríamos que estes "jovens" possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos os encontrarem do pólo do poder. Quando passamos dos intelectuais para os diretores-executivos, tudo aquilo que aparenta juventude, cabelos longos, jeans, etc., desaparece* (BOURDIEU, 2003, p. 113).

mais jovens – depende da natureza de uma dada sociedade se esta se utiliza delas; e, da estrutura social dessa mesma sociedade, depende a maneira como realiza esse uso (MANNHEIM, 1977, p. 91/92).

Esses usos sociais da juventude são potencializados nas arenas públicas de disputa política. Cabe ressaltar que a política tende a ser um espaço expressivo no embate geracional, à medida que está em jogo, para os mais velhos, a perda ou a manutenção do poder social de que desfrutaram, pois diferentes visões de mundo são constantemente colocadas em debate. Para Bourdieu, trata-se de uma luta semelhante à mudança da estrutura de classificações, na qual uma classe em declínio perde sua condição de ortodoxia para uma classe nova, em ascensão (cf. BOURDIEU, 2003). Como é possível perceber, a categoria “juventude” faz sentido apenas quando colocada em relação a outras divisões etárias presentes no espaço social. Isso quer dizer que os conceitos são relacionais (cf. BECKER, 2007), ou seja, para se compreender a que se refere essa categoria é necessário identificar, antes, a que ela não se refere.

Além dessas questões apontadas, pode-se também afirmar que a adolescência é marcada por uma situação de fragmentação das experiências. Alberto Melucci, por exemplo, defende a tese de que aos adolescentes – em contraposição aos adultos – é autorizada uma maior mobilidade entre os grupos de socialização pelos quais passam. Essa porosidade dos adolescentes tenderia a ser intensificada com o crescimento das possibilidades de informação as quais essa parcela dispõe. Segundo Melucci, as relações interpessoais existentes no ambiente educacional, familiar ou de trabalho criam novas matrizes de disposições que, embora nem sempre sejam duradouras, tendem cada vez mais a suprimir os “pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída” (MELUCCI, 1996, p. 7).

Embora teóricas essas indicações são úteis para compreendermos como é possível mobilizar duas complexas categorias – movimento social e juventude – na compreensão de uma terceira: movimento estudantil.

2.3 Sobre a categoria “movimento estudantil”

A relação entre estudantes e luta social pode ser observada em diferentes contextos históricos. Segundo Eric Hobsbawm, por exemplo, as barricadas erigidas pelos estudantes parisienses em maio de 1968 seriam resultantes da descrença por parte do Estado na força de mobilização política dos estudantes, tendo sido um fator fundamental para que o levante irrompesse. Para o autor:

A própria falta de importância do movimento estudantil o transformou num detonador sumamente efetivo para a mobilização operária. Tendo-o subestimado e negligenciado, o governo tentou dispersá-lo pela força. E quando os estudantes se recusaram a ir para casa, a única alternativa foi atirar ou aceitar uma retirada pública e humilhante. Mas como poderiam ter optado por atirar? O massacre é um dos últimos recursos do governo em sociedades industriais estáveis, já que (a menos que dirigido contra marginais de uma ou outra espécie) destrói a impressão de consenso popular sobre a qual se apoiam. Uma vez que a luva de pelica tenha sido colocada em um punho de ferro, é politicamente muito arriscado tirá-la (HOBBSAWM, 2003, p. 236).

A atuação dos estudantes na política no Brasil correspondeu a um movimento pendular, uma vez que sua visibilidade de atuação variou de acordo com a conjuntura à qual estavam submetidos¹¹. Esses fluxos e refluxos foram identificados por Antonio Mendes Junior em quatro fases. Segundo ele, até o momento do golpe militar, quatro foram as principais fases de protagonismo dos estudantes.

¹¹ Duas foram as principais entidades que institucionalizaram a luta dos estudantes brasileiros ao longo do tempo: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). A UNE foi criada em 1938, a partir do II Congresso Nacional de Estudantes que estabelecia como princípio “luta pela indústria siderúrgica nacional, sem o que o Brasil jamais se libertaria” (Ver em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>). Muitas foram as fases pelas quais a entidade passou, tendo se alinhado em alguns momentos aos governos instituídos, e em outros se afastado totalmente do regime dominante, como é o caso do seu período mais combativo de resistência durante a ditadura militar. Para mais informações, ver a obra clássica de José Promener (1979) e o artigo de Miliandre Garcia (2004). No caso dos secundaristas, organizados enquanto entidade desde 1948, ano de fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, sua atuação se desenvolveu paralela à UNE, e em vários momentos suas trajetórias se confundiram. Para um histórico da entidade, recomenda-se a leitura de Maria Paula do Nascimento Araújo (2004) e de André Cintra e Raisal Marques (2009). A ênfase da pesquisa aqui apresentada vai para além dessas dinâmicas institucionais, como será possível observar mais adiante.

De acordo com a classificação do referido pesquisador (cf. JUNIOR, 1982), em um primeiro momento seria possível observar uma “fase de atuação individual”, correspondente ao período que se estendeu do Brasil colonial até o Segundo Império. Essa fase, segundo ele, foi marcada pela ausência de entidades ou organizações capazes de representar essa luta de maneira coletiva. A segunda fase – do Segundo Império até o início do Estado Novo – caracterizou-se pela “atuação coletiva” dos estudantes agrupados em Sociedades Acadêmicas, as quais tiveram participação no Movimento Abolicionista e no Movimento Republicano. À terceira fase se atribui uma “atuação organizada”, caracterizada pela fundação da UNE, em 1938, a primeira entidade nacional com perspectivas de atuação político-representativa dos estudantes nacionais. Por fim, é possível observar também um movimento de refluxo bastante significativo quando do Ato Institucional nº 5, em 1968, que desarticulou totalmente a organização dos estudantes.

Essa análise, didaticamente dividida em fases, tem o mérito de estabelecer tipos ideais de atuação do movimento estudantil ao longo da história do país, focalizando as dinâmicas de agregação e desagregação dos estudantes. Todavia, por ter sido escrita em 1981, deixa de considerar a dinâmica que mais interessa a este trabalho, ou seja, que se estabeleceu no período posterior à ditadura militar.

Ann Mische (1997; 2008) identificou uma questão recorrente no que diz respeito à atuação política dos estudantes, ao analisar a fundo os movimentos de jovens brasileiros no período que vai do fim da ditadura ao processo de redemocratização, bem como o modo através do qual esses movimentos se articularam em dinâmicas civis e partidárias. Segundo ela, houve uma tendência da opinião pública em associar os movimentos de jovens que se organizaram posteriormente à agitação política da década de 1960 como inicialmente despolitizados. Acerca da participação dos jovens na campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor, a autora afirma:

Quando milhares de jovens brasileiros — a maior parte de classe média — saíram às ruas para protestar contra a corrupção no governo do presidente Fernando Collor de Melo, eles pegaram a maioria dos brasileiros (incluindo os próprios jovens) de surpresa. Reportagens na grande imprensa retratavam o ceticismo e desinteresse político da “geração

shopping center”, nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e desilusões sucessivas da lenta e conservadora transição à democracia (MISCHE, 1997, p. 135).

Vale lembrar que essa surpresa direcionada à mobilização política dos jovens nos anos 1990 decorreu em grande medida da sensação de desarticulação da vida estudantil durante a ditadura militar. Após a promulgação do AI-5 o movimento estudantil foi massacrado pela repressão dos militares, fazendo com que boa parte de seu contingente entrasse na luta clandestina que ganhou força na década de 1970. Desde então essas mobilizações de cunho nitidamente reivindicatório no campo das lutas sociais¹² haviam deixado de ser identificadas como disposições associadas às camadas mais jovens - sindicalismo, movimento dos trabalhadores sem terra, entre outros.

Tais considerações demonstram que a construção analítica da categoria “movimento estudantil” não pode decorrer simplesmente de uma constatação naturalizada do papel dos estudantes na dinâmica social e política dos regimes democráticos. Nestes regimes, a posição que as parcelas mais novas da sociedade ocupam é bastante complexa devido às janelas de mudança social que se abrem de acordo com o contexto por elas vivido. Isso não quer dizer que, do ponto de vista empírico, as gerações mais novas sejam necessariamente progressistas ou revolucionárias, mas sim que as gerações mais velhas tendem a demonstrar interesse redobrado na manutenção do *status quo*, uma vez que suas posições já estão bem definidas nessa configuração social (cf. MANNHEIM, 1977).

¹² Embora no campo das manifestações culturais mais voltadas para a dimensão estética isso fosse diferente, uma vez que as vanguardas artísticas ainda eram associadas aos jovens (cf. ABRAMO, 1992).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa visa a compreender a relação entre Estado e estudantes secundaristas, durante o processo de disputas iniciado com a medida que previa o fechamento de escolas e o remanejamento de alunos proposto pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, durante o ano de 2015. Adotou-se então, a compreensão de que a ação dos alunos da rede pública paulista engloba a perspectiva dos conceitos de movimentos sociais, por isso, as noções de juventude e movimento estudantil são pautadas para que se analisem os desdobramentos apresentados. Trata-se, pois, de um estudo de caso, no qual pretende-se lançar mão de diferentes materiais qualitativos inseridos no referido contexto. A escolha dessa metodologia deve-se a possibilidade de analisar um determinado caso em um dado espaço de tempo específico, que no presente trabalho compreende de 23 de setembro de 2015 à 04 de dezembro do mesmo ano, “através de uma coleta de dados detalhada e em profundidade, envolvendo múltiplas fontes de informação” (CRESWELL, 2007, p. 73, tradução própria).

Estudo de caso

De acordo com Tim May (2011), ao optar-se por um estudo de caso o que está em jogo é a capacidade do analista de estender a compreensão de uma determinada particularidade a um universo mais amplo. Nesse sentido, a análise de casos múltiplos tem o mérito de induzir conclusões mais facilmente generalizáveis, uma vez que pode servir para encontrar elementos comuns em casos diferentes.

Todavia, o estudo de caso pode ser justificável quando o evento analisado possui características específicas que contribuem para a revelação de uma dinâmica social particular, prescrita em um determinado espaço e em um determinado recorte temporal. Trata-se de uma pesquisa densa, uma vez que os diferentes condicionantes de um determinado evento são analisados em profundidade. Segundo Robert Yin, algumas razões justificam a adoção pelo estudo de caso: a) quando se representa um caso crítico para testar uma teoria bem formulada; b) quando o caso representa um caso extremo ou um caso

único; c) um caso representante ou caso típico; d) o caso relevante; e) o caso longitudinal. (ROBERT YIN, 2013; tradução própria)

A análise procura evidenciar os condicionantes envolvidos nas disputas acerca do fechamento das escolas em um dado recorte, considerando distintas fontes de informação com o intuito de compreender o fenômeno a partir de diferentes ângulos.

Pesquisa documental

Quanto à coleta dos dados, para se compreender como se deu o processo que culminou com as ocupações e com a revogação da política pretendida pelo Poder Público, será adotada a análise documental dos atores existentes em diferentes meios. Tal opção deve-se ao fato de que uma das inovações verificadas nesse processo foi justamente a profusão e o uso criativo de meios diversificados, que foram utilizados pelos secundaristas para divulgar suas posições de enfrentamento contra a medida. Uma vantagem da utilização desse método é a possibilidade de abrangência que a análise adquire, uma vez que diferentes vozes e performances são colocadas em diálogo pela análise. Essa macro perspectiva adquire um significado importante quando considera uma dada sequência de acontecimentos, uma vez que estimula a interação entre os eventos, possibilitando neles encontrar nexos explicativos.

Optou-se também pela leitura extensiva dos documentos elaborados durante o processo de implementação e revogação do fechamento das escolas, considerando igualmente os documentos de divulgação ampla e os de circulação restrita – materiais compartilhados pelos estudantes, por exemplo. As fontes que serão utilizadas para a análise são, basicamente, livros, jornais, revistas, artigos e entrevistas, provenientes de bibliotecas e sites na internet. Desse modo, o recurso fundamental de investigação é a pesquisa documental.

Definida essa etapa da coleta dos dados, é importante ressaltar o que especificamente pretende-se buscar nos materiais considerados. A análise, portanto, será desenvolvida no sentido de organizar os eventos em um *continuum* passível de ser compreendido, ou seja, num recorte que permitirá a reconstrução do processo desde seu começo – proposta da Secretaria de Educação – até o seu fim – revogação da medida.

4. O ESTADO E A CHAMADA “REORGANIZAÇÃO”

Em 23 de setembro de 2015, o jornal Folha de São Paulo reportou uma matéria na capa do caderno Cotidiano, cujo título era “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por série”¹³. A reportagem apontou a decisão do governo do Estado de São Paulo em dividir as escolas por ciclos de ensino, além de informar que mais da metade dos alunos da rede estadual seriam obrigados a mudar de escola a partir de 2016. O jornal também entrevistou brevemente o então Secretário de Educação, Herman Voorwald¹⁴, que justificou a medida e seus objetivos como uma trivialidade de ordem técnica: estudos da Fundação SEADE¹⁵ e do IDESP¹⁶ indicavam que tais mudanças viabilizariam uma maior eficiência da gestão escolar.

No mesmo dia, Voorwald concedeu uma entrevista ao matutino televisionado pela Rede Globo, “Bom dia São Paulo”¹⁷, justificando mais uma vez a decisão, além de comunicar à população a implementação das medidas já para o ano letivo subsequente. Na perspectiva de Voorwald, a opção por

¹³ Folha de São Paulo. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por série. 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/09/23/871/>. Acessado em 10.08.2016 (Ver Anexo A)

¹⁴ Herman Jacobus Cornelis Voorwald (1956), é engenheiro mecânico graduado pela Unesp, e mestre na mesma área pelo ITA. Concluiu o doutorado em engenharia mecânica na Unicamp em 1988 e, no ano seguinte, obteve o pós-doutorado no Laboratorium Soete Voor Weerstand Van Materialen - Lastetechniek, na Bélgica. É professor titular do Departamento de de Materiais e Tecnologia da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG) da Unesp desde 1996 . Foi vice-reitor e acessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp entre 2005-2009. Quando se tornou reitor na instituição (2009-2010), e no ano seguinte foi convidado por Alckimin a assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ver em: <http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=213379> Acessado em 28.08.2016

¹⁵ A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados é um órgão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo, e produz análises estatísticas, socioeconômicas e demográficas a partir de pesquisas diretas e de levantamentos de informações produzidos por outros órgãos. Ver em: <https://www.seade.gov.br/institucional/quem-somos/>. Acessado em 10.08.2016

¹⁶ O Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo é um indicador do ensino da rede estadual paulista, criado em 2007, estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano. Os objetivos de cada escola são traçados levando em consideração os índices do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), e o fluxo escolar de cada ciclo, de modo que as metas variam para cada ciclo que a escola oferecer. Ao alcançar pelo menos parte da meta definida pelo Idesp, a escola conquista também o pagamento do bônus por desempenho, que é proporcional ao resultado da unidade, ponderando a frequência do servidor e o índice socioeconômico da escola. Ver em: <http://www.educacao.sp.gov.br/idesp>. Acessado em 10.08.2016

¹⁷ G1. Mais de um 1 milhão de alunos da rede estadual de SP serão transferidos. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/mais-de-1-milhao-de-alunos-da-rede-estadual-de-sp-serao-transferidos.html>. Acessado 10.08.2016.

ciclos únicos traria evidentes benefícios pedagógicos, pois, segundo ele, as escolas teriam “muitas vagas ociosas”.

Ainda, na mesma data, foi veiculado pela internet, um *hostsite*¹⁸ informativo da Secretaria de Educação no qual a reorganização era novamente apresentada a partir das duas pesquisas referidas pelo Secretário: a) No levantamento realizado pela Fundação SEADE haveria uma tendência de queda de 1,3% ao ano da população paulista em idade escolar. Segundo esse estudo, entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos; b) Por sua vez, o estudo realizado pelo IDESP mostrava que unidades que atendiam alunos de apenas uma faixa etária teriam desempenho melhor se comparadas às demais. Segundo constava no estudo:

No Ensino Médio, por exemplo, os estudantes que frequentam escolas neste modelo [de ciclo único] aprenderam 28% mais; Escolas de segmento único do 1º ao 5º ano tiveram um rendimento 14,8% superior às demais; Aquelas que oferecem apenas do 6º ao 9º ano obtiveram resultado 15,2% melhor (Secretaria de Educação de São Paulo, 2015).

Para sustentar tal tese, a Secretaria ainda recorreu ao argumento de que a separação por ciclos diminuiria conflitos entre os alunos de diferentes faixas etárias, e que isso seria um evidente benefício no ambiente escolar.

É importante ressaltar que agora, como antes, as escolas do Estado de São Paulo permitem que alunos de todos os ciclos estudem na mesma unidade educacional, agrupando Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. A política de reorganização, no entanto, previa que as escolas funcionassem apenas para um desses ciclos. E no que diz respeito ao deslocamento efetuado pelos alunos, a Secretaria de Educação afirmava que nenhum aluno teria que mudar para mais de 1,5 quilômetros de distância da escola onde estuda.

De acordo com o Censo Escolar de 2014, a rede estadual de São Paulo contava com um total de 3,7 milhões de alunos, distribuídos da seguinte maneira:

¹⁸ Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Reorganização. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao>. Acessado em 09.08.2016

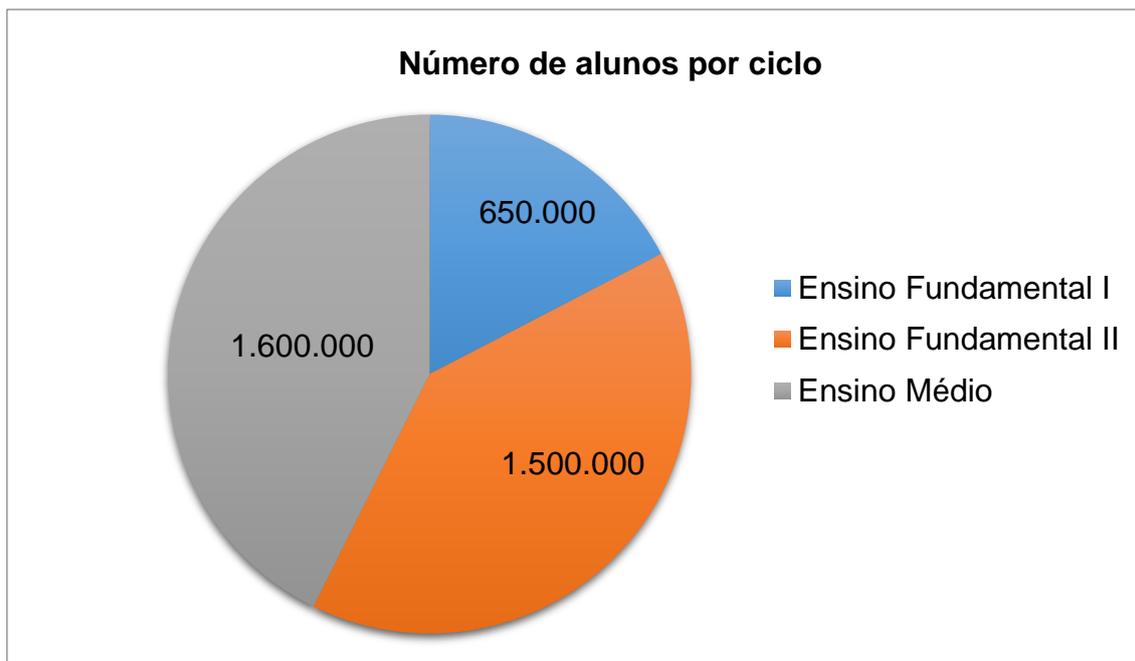


Gráfico 1 – Número de alunos por ciclo
Fonte: Censo Escolar 2014. Elaboração própria.

E com 5.108 escolas, que atualmente são divididas nos seguintes ciclos:

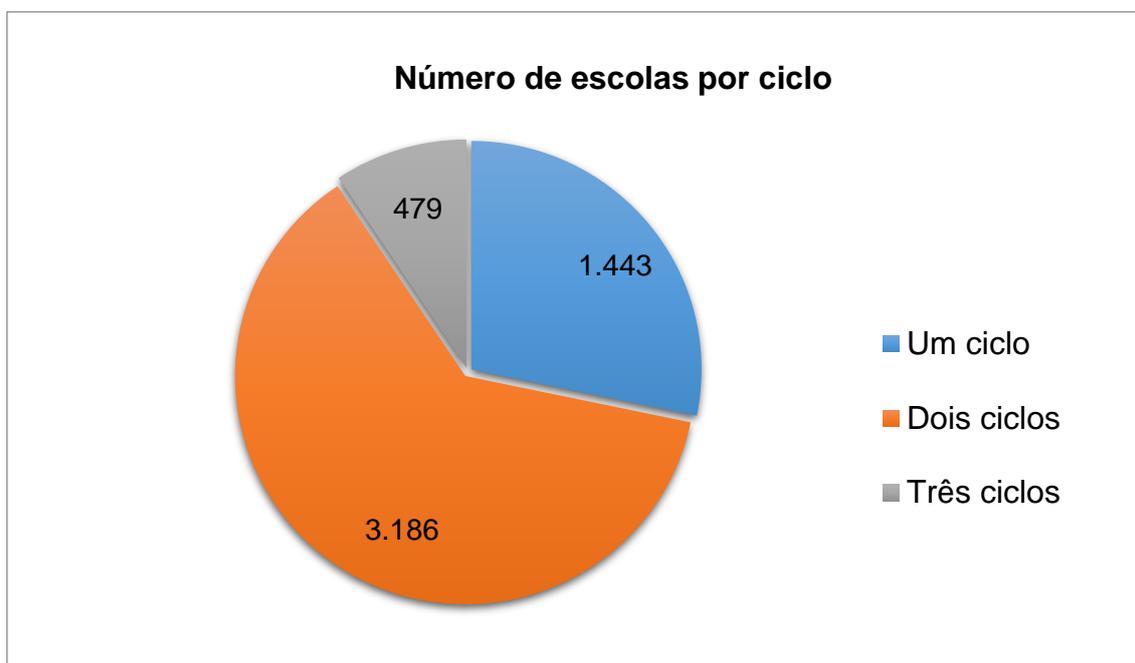


Gráfico 2 – Número de escolas por ciclo
Fonte: Censo Escolar 2014. Elaboração própria.

De acordo com o referido Censo, também é possível analisar a série histórica da evolução das matrículas no Ensino Médio da Rede Estadual, em comparação com as outras redes: municipal, federal e particular. Esta última

merece especial atenção em termos comparativos, pois embora o Secretário atribua a ociosidade das salas de aula na rede pública estadual à uma suposta migração dos alunos para a rede privada, os dados não corroboram tal tese. Como podemos observar na Tabela 1 adiante, de 2007 (1.449.387) a 2014 (1.547.380) não houve decréscimo na matrícula escolar da rede estadual de ensino médio, mas sim acréscimo. Desse modo, embora tenha havido um aumento real das matrículas na rede privada de ensino médio – 2007 (227.343) a 2014 (283.483) – não há uma transferência nítida das matrículas de uma para outra.

Tabela 1 – Evolução da Matrícula Inicial por Rede de Ensino (1996-2014)

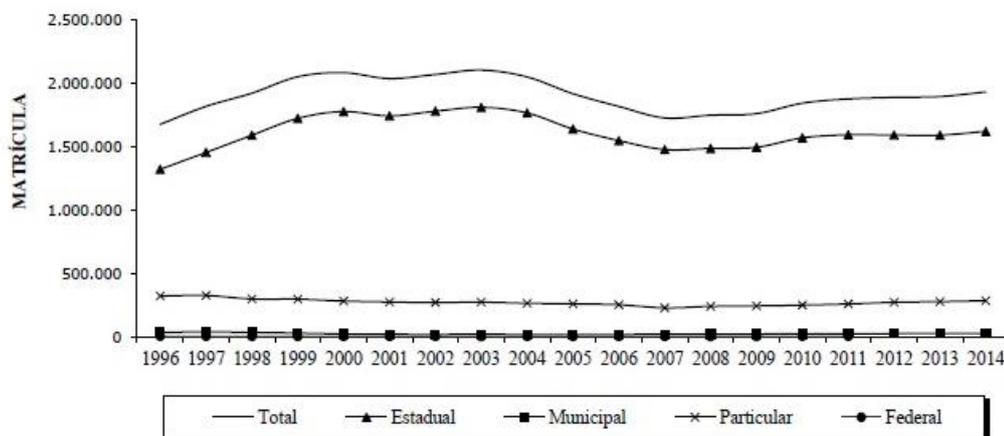
Ano	Estadual		Total	Municipal	Federal	Particular	Total
	SE	Outras					
1996	1.242.262	76.896	1.319.158	33.538	-	320.290	1.672.986
1997	1.378.321	74.066	1.452.387	37.076	-	324.571	1.814.034
1998	1.529.238	58.479	1.587.717	33.485	-	297.065	1.918.267
1999	1.672.915	47.259	1.720.174	27.882	3.536	295.810	2.047.402
2000	1.739.563	34.733	1.774.296	20.896	3.106	280.843	2.079.141
2001	1.712.931	26.959	1.739.890	18.040	1.936	273.292	2.033.158
2002	1.750.197	26.369	1.776.566	17.446	1.997	269.261	2.065.270
2003	1.780.465	26.945	1.807.410	17.958	2.052	272.490	2.099.910
2004	1.736.526	26.498	1.763.024	17.142	2.100	263.585	2.045.851
2005	1.610.279	26.080	1.636.359	16.715	2.069	258.705	1.913.848
2006	1.528.997	26.118	1.555.115	16.836	365	251.479	1.823.795
2007	1.449.387	25.636	1.475.023	19.346	1.780	227.343	1.723.492
2008	1.450.902	32.937	1.483.839	20.307	1.684	239.004	1.744.834
2009	1.449.782	42.860	1.492.642	20.432	1.721	243.549	1.758.344
2010	1.512.618	54.509	1.567.127	21.769	1.781	248.858	1.839.535
2011	1.531.401	59.528	1.590.929	22.957	1.483	257.518	1.872.887
2012	1.524.398	64.421	1.588.819	23.592	1.217	271.479	1.885.107
2013	1.521.102	67.083	1.588.185	24.470	2.979	275.975	1.891.609
2014	1.547.380	70.519	1.617.899	23.827	2.636	283.493	1.927.855

Fonte: Censo Escolar 2014. Elaboração própria.

Notas: SE – Escolas mantidas pela Secretaria de Educação

Outras – Conjunto de escolas estaduais mantidas e administradas pelas universidades paulistas e pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza

Gráfico 3 – Evolução da matrícula Inicial por Rede de Ensino (1996-2014)



Fonte: Censo Escolar 2014.

O projeto denominado Reorganização Escolar, segundo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, visava melhoria da gestão escolar a partir de uma série de medidas: redução das vagas ociosas; liberação dos espaços para a construção de novos equipamentos, a exemplo de laboratórios e quadras esportivas; ampliação do ensino em tempo integral; possibilidade de cumprimento da jornada de trabalho integral na mesma escola para os professores efetivos; estrutura escolar de acordo com as necessidades de determinadas faixas etárias.

Em 22 de setembro, a Secretaria alegou ter apresentado a proposta para todas as direções de ensino do Estado, de modo que as mudanças seriam validadas no prazo máximo de uma semana. Além disso, a Secretaria informou que no dia 14 de novembro haveria o dia “E da Educação”, um evento no qual pais, alunos e comunidade escolar seriam informados a respeito do projeto, podendo sanar possíveis dúvidas a respeito das novas escolas para as quais seriam direcionados no próximo ano letivo. No entanto, foi somente em 28 de setembro do mesmo ano que a Secretaria de Educação divulgou o número exato de escolas que seriam fechadas. O total de 94 escolas dispersas pelo estado, bem como os 28.821 alunos atingidos diretamente pelo fechamento, foi justificado pelo Secretário com o distanciamento usualmente dedicado às decisões de ordem estritamente técnica. Apesar de estarem inseridas há

muito tempo na vida afetiva de suas comunidades, essas escolas foram apresentadas como meros números tabulados pela Secretaria, como podemos observar adiante:

Quadro 1 – Lista de escolas fechadas no Estado de São Paulo

NOME DA ESCOLA	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ALUNOS
ADALGIZA SEGURADO DA SILVEIRA PROFESSORA	São Paulo	449
ALAYDE MARIA VICENTE PROFESSORA	Guarulhos	558
ALBERTO FIERZ	Cosmópolis	433
ALVARO JOSE DE SOUZA	Botucatu	415
ALVARO TRINDADE DE OLIVEIRA PROFESSOR	Ribeirão Pires	295
AMADOR AGUIAR	Barueri	635
AMARO JOSÉ DOS SANTOS	Guarulhos	337
AMERICO BELLUOMINI PROFESSOR	Valinhos	435
ANTONIETA GRASSI MALATRASI PROFESSORA.	Lençóis Paulista	314
ANTONIO DE MELLO COTRIM	Piracicaba	441
ANTONIO DE OLIVEIRA CAMARGO PROFESSOR	São Paulo	262
ANTONIO PAIVA DE SAMPAIO CORONEL	Osasco	359
ARLINDO AQUINO DE OLIVEIRA DOUTOR	Mogi das Cruzes	111
ASTROGILDO ARRUDA PROFESSOR	São Paulo	359
AUGUSTO BAILLOT PROFESSOR	São Paulo	194
AUGUSTO MELEGA	Piracicaba	166
BAIRRO DA ROCA GRANDE	Cunha	7
BAIRRO DO EMBUZINHO	Cachoeira Paulista	97
BAIRRO DO RIO ABAIXO	Cunha	11
BAIRRO JAIRE	Iguape	55
BAIRRO PE DA SERRA	Iguape	74
BRAZ CUBAS	Santos	290
BRUNO PIERONI PROFESSOR	Sertãozinho	430
CARLOS ROSA DOUTOR	Birigui	121
CASTRO ALVES	São Paulo	560
CIDADE SERODIO	Guarulhos	288
COHAB INACIO MONTEIRO III	São Paulo	485
DINORA ROCHA PROFESSORA	Iguape	144

DORIVAL DIAS DE CARVALHO PROFESSOR	Sorocaba	124
ELISIO TEIXEIRA LEITE III	São Paulo	173
ELZA SALVESTRO BONILHA PROFESSORA	Sorocaba	571
EMILIANO AUGUSTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E MELO	São Paulo	576
ERUCE PAULUCCI PROFESSOR	Avaré	171
EURIDYCE ZERBINI PROFESSORA	São Paulo	306
FIRMINO LADEIRA PROFESSOR	Mogi das Cruzes	418
FLAVIO GAGLIARDI PROFESSOR	Sorocaba	231
FORTUNATO PANDOLFI ARNON	Ribeirão Pires	205
FRANCISCO DE PAULA SANTOS PROFESSOR	Roseira	113
GERALDO HOMERO FRANCA OTTONI PROFESSOR	São Paulo	413
GUERRA JUNQUEIRO	São Paulo	409
GUILHERME DE OLIVEIRA GOMES DEPUTADO	Osasco	164
HENRIQUE FERNANDO GOMES ESTUDANTE	Barueri	205
HOMEM DE MELLO BARAO	São Paulo	313
IOLANDA VELLUTINI PROFESSORA	Pindamonhangaba	99
IRACEMA BRASIL DE SIQUEIRA PROFESSORA	Mogi das Cruzes	155
IRACEMA DE OLIVEIRA CARLOS PROFESSORA	Ibitinga	451
IVANI MARIA PAES PROFESSORA	Barueri	446
JARDIM MARIA HELENA I	Barueri	239
JARDIM PAULISTA	Barueri	234
JARDIM PRIMAVERA II	Guarujá	426
JOÃO BASTOS SOARES	Cachoeira Paulista	159
JOÃO BATISTA DE AQUINO PE	Agudos	443
JOÃO CRUZ DA COSTA PROFESSOR	São Paulo	560
JOÃO ERNESTO FAGGIN DOUTOR	São Paulo	445
JOÃO NOGUEIRA LOTUFO PROFESSOR	São Paulo	351
JOAQUIM GARCIA SALVADOR PROFESSOR	Guarulhos	339
JOAQUIN SUAREZ	São Paulo	170
JOSÉ AUGUSTO DE AZEVEDO ANTUNES PROFESSOR	Santo André	321
JOSÉ LEANDRO DE BARROS PIMENTEL	Barueri	349
KEIZO ISHIHARA	São Paulo	701

LAIS AMARAL VICENTE PROFESSORA	São Paulo	48
LAIMA DEL CISTIA	Guarujá	566
LELIO TOLEDO PIZA E ALMEIDA DOUTOR	Tupã	500
LENIO VIEIRA DE MORAES PROFESSOR	Barueri	507
LUGINO BURIGOTTO	Limeira	342
MARIA APARECIDA SOARES DE LUCCA PROFESSORA	Limeira	285
MARIO GUILHERME NOTARI	Sorocaba	614
MARY MORAES	São Paulo	378
MISS BROWNE	São Paulo	257
OSCAR GRACIANO PROFESSOR	Carapicuíba	137
OSWALDO SALLES PROFESSOR	Santa Cruz do Rio Pardo	37
OSWALDO SAMMARTINO	Jandira	605
PAULO MACHADO DE CARVALHO	São Paulo	296
PEDRO FONSECA PROFESSOR	São Paulo	234
PEQUENO COTOLENGO DE DOM ORIONI	Cotia	336
REGINA POMPEIA PINTO PROFESSORA	Cachoeira Paulista	120
RENE RODRIGUES DE MORAES PROFESSOR	Guarujá	352
REPUBLICA DE CUBA	Barueri	440
REPUBLICA DE EL SAVADOR	Barueri	271
ROTARY	Guarulhos	246
RUBENS LOPES PASTOR	Guarulhos	115
SALVADOR ALLENDE GOSSENS PRESIDENTE	São Paulo	359
SALVADOR ORTEGA FERNANDES PROFESSOR	Sorocaba	64
SANTINHO CARNAVALE	Ribeirão Pires	239
SEBASTIANA PAIE RODELLA PROFESSORA	Americana	61
SEBASTIÃO RAMOS NOGUEIRA PROFESSOR	Campinas	481
SILVIO XAVIER ANTUNES PROFESSOR	São Paulo	518
SINHA PANTOJA	São Paulo	324
SONIA APARECIDA BATAGLIA CARDOSO PROFESSORA	Santa Bárbara D'Oeste	233
SUELI OLIVEIRA SILVA MARTINS PROFESSORA	Mogi das Cruzes	111
TITO LIMA	São Bernardo do Campo	215
VALDOMIRO SILVEIRA	Santo André	323

VICENTE LUIS GROSSO	São Pedro	488
YONNE CESAR GUAYCURU DE OLIVEIRA PROFESSORA	Pindamonhangaba	114

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Elaboração própria.

Mesmo com o anúncio de quais escolas seriam fechadas, o governo do estado de São Paulo ainda desconhecia o destino de 28 das escolas listadas acima. As informações da Secretaria de Educação apontavam ainda que 66 das 94 escolas seriam repassadas para as redes dos respectivos municípios, que poderiam ser transformadas em creches, pré-escolas, ou ainda serem utilizadas pela gestão Geraldo Alckmin (PSDB) como redes de ensino técnico, de línguas ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). A disponibilização do número exato de escolas a serem fechadas tinha como objetivo principal evitar a disseminação de informações dúbias¹⁹, e demonstrar que o Estado tinha controle preciso da chamada “reorganização”. No entanto, o fato de o destino de muitas das escolas, e, portanto dos alunos, ser incerto, gerou mais desconfiança por parte dos atores afetados.

Durante todo o processo, observou-se que a Secretaria de Educação não se esforçou em dialogar com os atores envolvidos, mas apenas informá-los da medida já decidida, o que evidenciou uma disposição unilateral. Das diversas tentativas de diálogo buscadas por parte dos estudantes secundaristas, a maioria delas foi negada pela Secretaria e reprimida pela Polícia Militar, como será apresentado mais adiante. Esse posicionamento por parte da Secretaria está de acordo com aquilo que Leonardo Secchi define como modelo *top-down* de implementação de políticas públicas:

O modelo *top-down* de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é um mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos (SECCHI, 2010, p. 47).

¹⁹ No dia 8 de outubro, vinte dias antes da declaração oficial do governo do Estado, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), havia divulgado uma lista com um total de 155 escolas que seriam fechadas. Essa informação, neste momento, foi importante para dar dimensão aos estudantes, pais e comunidade escolar, da reorganização que estaria por vir. Ver: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/08/confira-a-lista-das-escolas-de-sp-que-podem-fechar-segundo-o-sindicato.htm?mobile> Acessado em 20/08/2016

O desconhecimento da realidade em nível local das escolas e dos estudantes, que foram os principais afetados com a medida e que tiveram seus interesses enquanto atores políticos desconsiderados pelo Estado, demonstrou que a verticalização nas tomadas de decisão e na implementação de políticas públicas, não seriam aceitas sem resistência. A ausência de diálogo ficou evidente, à medida que o então secretário de Educação utilizou dados desconectados dos objetivos finais da “reorganização”, demonstrando uma posição tecnicista e pouco democrática. Retomando Secchi, a respeito do modelo *top-down* trata-se de um processo conhecido pela literatura como *blame shifting*.

Esse modelo também é visualizado como estratégia da classe política para “lavar as mãos” em relação aos problemas de implementação: se as políticas, os programas e as ações estão bem planejados, com objetivos claros e coerentes, então uma má implementação é resultado de falha dos agentes (por exemplo, policiais, professores, médicos). (SECCHI, 2010, p. 47).

A pressa na implementação de um projeto tão amplo e complexo causou perplexidade em estudantes e nas próprias Diretorias de Ensino, que quando questionadas se viram totalmente desinformadas para explicar a situação ao restante da comunidade escolar. Visto em retrospecto, a dimensão do projeto bem como a ausência de diálogo por parte daqueles que visavam levar adiante a reforma corrobora a sensação espanto: o projeto que foi divulgado publicamente no dia 23 de setembro de 2015 previa que a mudança completa ocorreria já no início do ano letivo de 2016, ou seja, haveria quatro meses para o remanejamento de um milhão de alunos.

A oficialização da medida foi dada por meio de decreto (Anexo B) publicado em 30 de novembro de 2015. Assinado pelo governador do Estado, Geraldo Alckimin, continha poucas informações, mas nele autorizava-se a transferência de professores para a implementação da reorganização escolar. Segundo o texto oficial as transferências do quadro pessoal ficam autorizadas, “nos casos em que as escolas da rede estadual deixarem de atender a um ou mais segmentos ou quando passarem a atender a novos segmentos”.

O decreto sequer menciona a ação que previa o fechamento das 94 unidades escolares, nem se preocupa em tentar esclarecer como ou por quê se daria essa “transferência do quadro pessoal”. Na data da publicação do decreto, o estado já contava com 205 escolas ocupadas pelos estudantes.

5. REAÇÃO DOS ESTUDANTES E ORGANIZAÇÃO DA LUTA SECUNDARISTA

A partir das medidas autoritárias anunciadas pelo governo do Estado, diversas reações aconteceram por parte dos estudantes antes das ocupações de mais de 200 escolas. De onde menos se esperava, surgiu um fenômeno de luta social. No presente momento de escrita deste trabalho, os estudantes secundaristas são lembrados pela sociedade civil como o grupo que ocupou escolas e conseguiu uma revogação inédita do governo do Estado de São Paulo. Tal mobilização permaneceu, por exemplo, na luta contra a PEC 55/2016²⁰, na qual perceberam que seus direitos estavam sendo tomados. No entanto, antes das ocupações, diversos outros instrumentos de luta social foram utilizados pelos estudantes. As ocupações foram, portanto, o último recurso de mobilização coletiva.

Antes disso, ainda é necessário relembrar de alguns dos eventos que antecederam a luta secundarista. No ano de 2015, ocorreu a mais duradoura greve dos professores no Estado de São Paulo, totalizando 92 dias de paralisação. Na ocasião, os professores reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e na infraestrutura, além do fim da superlotação das classes e aumento salarial²¹. Nesse momento, os professores contaram com o apoio de muitos alunos que participaram das manifestações.

Também durante o ano de 2015 houve uma explosão do movimento de mulheres por todo país²². Os gatilhos que desencadearam as manifestações

²⁰ A PEC 55/2016, antiga PEC 241/2016, é uma Proposta de Emenda à Constituição que visa instituir Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros. Ver em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acessado em 30.02.2017

²¹ Na “Carta aberta à comunidade” a APEOESP aponta que desde o início de 2015, o Governo do Estado fechou 3.390 salas de aula; superlotou classes com até 60 alunos no ensino regular, e 90 no ensino de jovens de alunos, além de cortar as verbas públicas para a escola, de modo que faltavam materiais e até papel higiênico. Os professores ainda denunciaram o abuso por parte da Gestão Alckmin em pagar R\$ 10,43 por hora-aula o salário de um professor que leciona para os anos iniciais do Ensino Fundamental e R\$ 12, 08 por um professor que leciona para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Maior participação dos professores, pais e estudantes na escola também era reivindicada. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/greve-2015/carta-aberta-a-comunidade/>. Acessado em 30.02.2017

²² Em muitos países do mundo, como na França ou Estados Unidos, os movimentos de mulheres luta hoje por igualdade salarial, mas também contra a violência de gênero, que permanece. No Brasil, além da diferença salarial, da violência, as mulheres neste momento lutavam para não retrocederem em conquistas históricas. O Projeto de Lei 5069 de 2015, de autoria de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, previa aumentar a dificuldade para as

apontados pela mídia são muitos, mas o fato é que este movimento é mundial, e procura enfatizar a condição social pouco favorável que as mulheres historicamente têm ocupado. Para tanto, milhares de mulheres saíram às ruas para reivindicar seu espaço nas cidades, os direitos sobre seus corpos, e denunciar a violência de gênero, não apenas como produto cultural da sociedade, mas também representada pelo Estado.

É inegável que as táticas utilizadas pelo movimento dos secundaristas têm relações íntimas com Junho de 2013 – sendo que os estudantes identificados por Pablo Ortellado (2016) como a “flor de junho”. Foi a partir de 2013, que a população e, sobretudo a juventude brasileira (re)reconheceu a rua como espaço de reivindicação política. Nesse sentido, é importante lembrar que as raízes do que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” pode ser encontrada no Movimento Passe Livre²³, que se define como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (MPL).

Pode-se afirmar que o MPL é organizado em torno de duas principais demandas: a socialização do transporte público, e a ampliação do direito à cidade. De acordo com os próprios integrantes, o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas, seis anos antes disso, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis, que deu início à articulação dos manifestantes que posteriormente formaram o movimento. Outros eventos que estão na origem do MPL foram a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006 o MPL realizou seu importante 3º Encontro Nacional, que contou com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e fortaleceu ainda mais o movimento.

mulheres vítimas de estupro que quisessem abortar. No Brasil, uma mulher morre a cada dois dias em consequência de aborto inseguro. A revolta acumulada das mulheres brasileiras levaram-nas às ruas, num movimento que ficou conhecido como “Primavera das Mulheres. Ver em: El País. Primavera das Mulheres. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html Acessado em 30.02.2017

²³ Ver em: <http://tarifazero.org/mpl/> acessado em 30.02.2017

As formas de organização do MPL se baseiam em alguns princípios autonomistas: i) autonomia e independência: as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas; ii) apartidarismo: uma forma de se fazer política que não almeja disputar a dinâmica institucional partidária, colocando-se à margem das eleições, visando com isso pressionar o governo através de mobilizações constantes que vão para além do voto. Trata-se de uma disposição apartidária, e não antipartidária, uma vez que não militam contra a existência dos partidos políticos. Desse modo, militantes de partidos políticos são recebidos para colaborar na luta por passe livre; iii) horizontalidade: não existe hierarquia pré-definida pelo movimento, de maneira que se prescinde de “uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação.” (MPL)

Os três aspectos organizacionais acima expostos foram também utilizados pelos estudantes em 2015, com forte apelo às redes sociais (*Facebook, Twitter, Whatsapp*), e apoio de outros atores sociais como militantes do próprio MPL, do Coletivo O Mal Educado, da UNE, do MTST, entre outros movimentos sociais simpáticos à causa.

No dia seguinte ao anúncio público do que seria a “reorganização escolar”, em 24 de setembro de 2015, alunos da Escola Estadual Carlos Gomes, no bairro de São Miguel, na capital paulista, demonstraram indignação com o processo por meio do *Facebook*, já nesta primeira discussão coletiva, os alunos fizeram entre si menção sobre a possibilidade de ir às ruas demonstrar suas respectivas indignações. Em 25 de setembro não houve aula na E. E. Carlos Gomes, e os alunos continuaram a se mobilizar por meio de redes sociais, de modo a obter contato ou informações com a Diretoria Regional de Ensino da Leste 2. Decidiram então enviar e-mails à DRE, que respondeu de forma genérica, afirmando que o contato deveria ser feito via telefone.

As sequências dos fatos e formas de organização se deram em uma velocidade difícil de acompanhar para quem estava fora das arenas de debate. Assim, em 26 de setembro, os alunos aventaram a possibilidade de se fazer um ato público na sede da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, localizada na Praça da República, na capital paulista. Ainda, na mesma data,

realizaram um abaixo-assinado endereçado a Diretoria Regional de Ensino Leste 2.

A primeira passeata do movimento ocorreu no interior do estado no dia 28 de setembro de 2015²⁴, em Rancharia (508 quilômetros de São Paulo). Cerca de 60 estudantes estavam presentes, segundo cálculo da PM, e os alunos da Escola Estadual José Giorgi, articularam-se através das redes sociais com a *hashtag* #somostodosjosegiorgi, ganhando apoio de outras escolas paulistas.

Os alunos da Escola Estadual João Calheiro Salem, de Guarulhos (Grande São Paulo), tentaram em 29 de setembro dialogar com a DRE, que demonstrou despreparo para lidar com o assunto da reorganização, uma vez que não souberam informar os alunos sobre o que estava acontecendo. No mesmo dia, também em Guarulhos, os alunos da Escola Estadual Antonio Viana de Souza, realizaram a primeira intervenção artística do movimento contra o fechamento das escolas, fazendo uma releitura da música “Cálice”, de Chico Buarque de Hollanda e Gilberto Gil. O vídeo da intervenção viralizou em pouco tempo nas redes sociais. A música com título #euescolhoomeufuturo foi uma forma de resgate das lutas sociais anteriormente vistas na história brasileira recente, já que “Cálice”, composta 1973 e censurada pela ditadura militar aqui instaurada, tornou-se referência no imaginário coletivo de luta. Para os estudantes, essa releitura pretendia identificar similaridades entre diferentes momentos marcados pela perda de direitos sociais, de forma a atualizar e ressignificar a canção.

²⁴ Estudantes convocam pelas redes sociais passeata contra fechamento da José Giorgi. 28.09.2015. Disponível em: <http://www.uniol.inf.br/uniol/sitesnoticiasler.php?id=1¬icia=8633>. Acessado em 09.03.2017

Quadro 3 – Duas versões de cálice

Cálice – Chico Buarque	#Euescolhomeufuturo
<p>Pai, afasta de mim esse cálice Pai, afasta de mim esse cálice Pai, afasta de mim esse cálice De vinho tinto de sangue</p>	<p>Como é difícil acordar calado Se na calada da noite eu me dano Quero lançar um grito desumano que é uma maneira de ser escutado</p>
<p>Como beber dessa bebida amarga Tragar a dor, engolir a labuta Mesmo calada a boca, resta o peito Silêncio na cidade não se escuta De que me vale ser filho da santa Melhor seria ser filho da outra Outra realidade menos morta Tanta mentira, tanta força bruta</p>	<p>Esse silêncio todo me atordoa, artornado, eu permaneço atento, da arquibancada para qualquer momento Vem emergir o monstro da lagoa.</p> <p>Está na hora de crescer, passar a limpo esse país, devolver pra nossa gente o dom de ser feliz (2x)</p>
<p>Como é difícil acordar calado Se na calada da noite eu me dano Quero lançar um grito desumano Que é uma maneira de ser escutado Esse silêncio todo me atordoa Atornado eu permaneço atento Na arquibancada pra a qualquer momento Ver emergir o monstro da lagoa</p>	<p>Onde é que está nosso futuro e nossa paz, que só promete mas só faz tirar do povo, onde é que estão nossos direitos de viver, nosso direito pra fazer um mundo novo</p> <p>Esta na hora de crescer, passar a limpo esse país, devolver pra nossa gente o dom de ser feliz. (2x)</p>
<p>De muito gorda a porca já não anda De muito usada a faca já não corta Como é difícil, pai, abrir a porta Essa palavra presa na garganta Esse pileque homérico no mundo De que adianta ter boa vontade Mesmo calado o peito, resta a cuca Dos bêbados do centro da cidade</p>	<p>E que as crianças cantem livre sobre os muros, ensinem sonhos ao que não pode amar sem dor E que o passado abra o presente pro futuro Quem não dormiu e preparou o amanhecer</p>
<p>Talvez o mundo não seja pequeno Nem seja a vida um fato consumado Quero inventar o meu próprio pecado Quero morrer do meu próprio veneno Quero perder de vez tua cabeça Minha cabeça perder teu juízo Quero cheirar fumaça de óleo diesel Me embriagar até que alguém me esqueça</p>	<p>Esta na hora de crescer, passar a limpo esse país, devolver pra nossa gente o dom de ser feliz (2x)</p> <p>Agora vivemos em um mundo de alienação, onde o Brasil perde em educação</p> <p>Nosso governo finge que não vê: nosso futuro não está seguro, mas vamos sobreviver.</p>

	<p>Está na hora de crescer, passar a limpo esse país, devolver pra nossa gente o dom de ser feliz (2x)</p> <p>.Vem Vamos embora, esperar não é saber. Quem sabe fazer na hora, não espera acontecer.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fontes: <https://www.vagalume.com.br/chico-buarque/calice.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=yRsXnv9pf7o>

Na manhã de 30 de setembro, cerca de 100 alunos e pais, se reuniram em Bauru (331 quilômetros de São Paulo), contra o fechamento da Escola Estadual Ayrton Busch. Depois de algumas horas de protesto, sem receber a devida atenção por parte do Poder Público, os estudantes decidiram atear fogo em madeiras próximo à escola. Pode-se dizer que a tática foi bem-sucedida, já que os vizinhos e a mídia²⁵ foram conferir o que estava ocorrendo e o ato acabou sendo noticiado, disseminando a mobilização dos estudantes para outras parcelas da população.

Entre os dias 28 de setembro e 4 de outubro de 2015, contabilizou-se cerca de quarenta atos dos estudantes secundaristas em todo estado de São Paulo contra o fechamento das escolas e a reorganização autoritária da Secretaria de Educação. Além das manifestações ocorridas em várias cidades do estado, verificou-se também atos simbólicos que demonstravam a profundidade do problema que a chamada reorganização causaria na vida dos estudantes.

Em 5 de outubro, cerca de 300 alunos fizeram um “abraço” em torno da Escola Estadual Iracema²⁶, em Ibitinga (351 quilômetros de São Paulo). O ato do abraço coletivo durou cerca de uma hora e teve como intuito sensibilizar o governo estadual contra o projeto de reestruturação das escolas estaduais. Outras três escolas do estado também registraram o mesmo ato. Considerando-se o fato de que a escola tende a ser o segundo espaço de socialização dos estudantes – após a família –, esse abraço simbólico

²⁵ . G1. Pais e Alunos fecham rua e ateam fogo durante protesto em Bauru. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/09/pais-e-alunos-fecham-rua-e-ateam-fogo-durante-protesto-em-bauru.html>. Acessado em 28.04.2017.

²⁶ Esquerda Diário. 300 alunos abraçam escola contra seu fechamento em Ibitinga. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/300-alunos-abracam-escola-contr-seu-fechamento-em-ibitinga> Acessado em 28.04.2017.

demonstra a existência de lações afetivos por parte dos alunos. O fato que chama muito atenção, é que a despeito de a escola pública paulista ser vista como sinônimo de abandono e ausência de gestão, há também espaço para o reconhecimento e sua importância pelos que a frequentam. Esta afetividade será reafirmada e comprovada nas ocupações.

A intensificação da luta aumentou progressivamente, e as manifestações se tornaram cada vez maiores. Entre 5 e 10 de outubro, quase 80 atos ocorreram em todo estado – o dobro da semana anterior – demonstrando que a insatisfação dos estudantes com a displicência do governo só crescia. Em 9 de outubro, foi realizado um ato na Avenida Paulista que tinha como destino a sede da Secretaria de Educação, na capital do Estado, contando com cerca de 1.200 alunos, segundo estimativa da UMES.

No processo de construção de luta e identidade do movimento, o ato de 9 de outubro foi um marco importante, pois a polícia intensificou a repressão, culminando com a prisão de um professor de sociologia, de um fotógrafo independente²⁷. Além disso, explicitou-se, nesse ato, as primeiras discordâncias de organização entre os diferentes grupos que ali estavam reunidos: Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S), União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e outros estudantes secundaristas independentes.

O G.A.S caracteriza-se como um coletivo autonomista formado por alunos de escolas técnicas e particulares, próximo ao coletivo O Mal Educado, e que antes das reformas propostas pelo governo contava com menos de um ano de existência. O grupo publicou no mesmo dia, em sua página no Facebook, um relato intitulado “Estudantes pelos Estudantes!”, a respeito do ato e das discordâncias geradas entre as entidades representativas:

Estudantes fizeram mais um ato grande e autônomo, mostrando que a cidade vai parar se o governador não revogar. No começo a Umes chegou com carro de som tentando liderar a manifestação e decidir eles mesmos o trajeto, porém perderam a legitimidade quando foi feita uma assembleia autônoma e horizontal mostrando que a luta é dos estudantes

²⁷ G1. Estudantes bloqueiam faixas da Av. Paulista em protesto contra a reforma no ensino. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/estudantes-bloqueiam-faixas-da-av-paulista-em-protesto-contr-reforma.html> Acessado em 29.04.2017.

pelos estudantes! [...] Sem carro de som e sem bandeiras da Umes, Une, ou Ubes, mais de mil estudantes marcharam na Paulista sentido Brigadeiro. No meio do caminho a polícia arrastou alguns manifestantes e revistaram de forma bruta, fazendo com que a manifestação liderada pela Umes que seguia a nossa recuasse e nos deixasse para a repressão. Porém, mesmo com a repressão e sob gritos de 'nenhum pra trás!', nós, estudantes, ficamos pressionando a polícia com gritos para liberarem nossos iguais. A resposta? Várias pauladas de cassetetes, tentando reprimir a manifestação, mas não conseguiram [...] Saímos pela 9 de julho até a Praça Roosevelt e terminamos o ato com mais uma assembleia autônoma e horizontal, onde decidimos somar no ato dos professores na quinta-feira (15) no Palácio dos Bandeirantes às 10h da manhã. A LUTA CONTINUA! #nãofecheminhaescola #sefecharvamosocupar" (apud CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016. p. 50).

A discordância com movimentos já institucionalizados, como a UBES e a UMES, surgiu em resposta a atuação recente desses grupos, uma vez que eles eram vistos como movimentos burocrático, distantes das escolas e da participação da maioria dos estudantes secundaristas da rede pública. A disputa então era também por modelos participativos distintos. O que os grupos autônomos buscavam era justamente uma maior participação direta e horizontal, sem representantes, diferente da organização interna das entidades já consolidadas. Desse modo, quando os secundaristas passaram a ter mais espaços para se manifestarem, essas disputas tornaram-se também mais evidentes.

Entre 12 e 18 de outubro – a terceira semana de mobilização dos estudantes – viu-se uma redução no número de atos, passeatas e protestos. As manifestações de rua registradas caíram para um quarto do que havia sido detectado na semana anterior (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 51). Entretanto, em 15 de outubro, data comemorativa e que marca as lutas históricas dos professores, ocorreu um ato que foi reprimido pela polícia com extrema violência, em frente a Secretaria de Educação. A repressão policial foi marcada pelo uso desproporcional de seu contingente e pelo não seguimento dos protocolos internacionais de atuação das forças policiais em manifestações: policiais sem identificação atiravam a esmo bombas de gás e balas de borracha a queima-roupa contra os estudantes. A cobertura pelas

mídias tradicionais, como pode ser observado portal do G1²⁸, indicavam paralelamente que a violência teria partido dos estudantes, e que a ação da polícia era na verdade reação, configurando um “confronto” entre eles e a polícia. A desproporcionalidade e a violência da PM fez com que os estudantes percebessem de maneira explícita a desigualdade de forças em disputa, independente do fato de que o direito à manifestação é amparado pela Constituição Federal²⁹.

É importante ressaltar que as manifestações públicas e coletivas são atos que visam à comunicação entre setores da sociedade, expressando de maneira legítima demandas sociais pertinentes ao debate público. A reorganização escolar precisava ser debatida pela sociedade civil, e os alunos, os maiores afetados com a medida, estavam desde o início interessados no diálogo. Demonstrar nas ruas a indignação coletiva, é uma forma de confrontar uma dada hierarquia arbitrária estabelecida pelo governo, quando este deixa de se pautar pelos valores democráticos existentes em um Estado de Direito.

O quarto ato unificado ocorreu em 20 de outubro, e nele a versão impressa da cartilha do Coletivo O Mal Educado³⁰, sobre como ocupar uma escola, passou a ser distribuída. A cartilha (Anexo C) é uma tradução das

²⁸ G1. Atos de estudantes tem confronto em frente à sede do Governo de São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/alunos-de-escolas-estaduais-fazem-ato-contra-reestruturacao-de-ensino.html> Acessado em 28.04.2017

²⁹ Artigo 5º, com destaque para os incisos II, IV, XVI e XVII: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; [...] XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar (BRASIL, 1988).

³⁰ O Mal Educado é um coletivo que surgiu em 2009, quando estudantes da Escola Estadual José Vieira de Moraes, no extremo sul de São Paulo, se mobilizaram contra a rigidez e autoritarismo da diretoria. Em 2010, o coletivo fez parte da articulação entre grêmios estudantis, a Poligramia, No primeiro ano de existência participavam cinco colégios particulares da capital (Vera Cruz, Escola da Vila, Santa Cruz, Equipe, e Santa Clara) e uma Escola Técnica Estadual (ETEC Basílides de Godoy). No ano seguinte, outras quatro ETECs passam a fazer parte do grêmio (Guaracy Silveira, Etesp, Albert Einsten, Takashi Morita), outras duas escolas particulares (Oswald de Andrade e Itaca), uma escola da rede Sesi (Vila Leopoldina), e o grupo pró-grêmio de uma escola pública estadual (José Vieira). Outros grêmios chegaram a participar, mas de forma distanciada. (ESCOLAS DE LUTA, p. 62) A experiência da poligramia trouxe aos alunos a possibilidade de escrever artigos, jornais e criar vídeos colaborativos. Mas, mais do que isso, trouxe a possibilidade concreta de luta coletiva.

estratégias desenvolvidas pelos estudantes chilenos entre 2006 e 2011, quando ocorreu a chamada “Revolta dos Pinguins”:

Durante meses, escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas. As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomados pelos alunos” (Como ocupar um colégio? Mal Educado).

Dessa forma, a experiência chilena serviu de alicerce para os estudantes paulistas que aos poucos perceberam o esvaziamento e o cansaço das diversas tentativas de manifestações de rua. O repertório estava se esgotando, por isso, a possibilidade de ocupação trazida pelo manual d’O Mal Educado, serviu como um novo respiro para a luta.

Os estudantes, durante as seis semanas que separaram o fim de setembro e início de novembro, foram às ruas mais de 200 vezes, fechando avenidas, e vias expressas em pelo menos 60 cidades do estado (região metropolitana, interior e litoral), com destinos diversos: Secretaria Estadual de Educação, diretorias de ensino, prefeituras, subprefeituras, câmaras dos vereadores, e secretarias municipais de educação. Além de praças, terminais de transporte público, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Palácio dos Bandeirantes. Segundo os autores de *Escolas de Luta* (2016, p. 41), “foram identificados 163 protestos, mas a quantidade total dos atos certamente é maior”.

O quinto ato³¹, em 23 de outubro, antecedeu as ocupações, e foi convocado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), e tinha como objetivo unificar as lutas de professores e alunos para barrar o fechamento das escolas.

Foi a partir de 09 de novembro que a luta secundarista ganhou outro caráter: as ocupações das escolas foram concretizadas na tentativa de

³¹ Esquerda Diário. Ato no dia 20 contra o anúncio de fechamento das escolas e salas por Alckmin. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Ato-no-dia-20-contra-o-anuncio-de-fechamento-das-escolas-e-salas-por-Alckmin> Acessado em 28.04.2017

aumentar o poder de barganha por parte dos estudantes e mostrar ao governo do Estado que criar políticas públicas sociais sem diálogo com a população não era um caminho para eles aceitável.

Quadro 4 – Sequência das ocupações nas escolas do Estado de São Paulo

09 de novembro de 2015	Ocupação E.E Diadema (Grande SP)
10 de novembro de 2015	Ocupação E.E Fernão Dias (Zona Oeste de São Paulo)
11 de novembro de 2015	Ocupação da E.E Salvador Allende (Zona Leste de São Paulo)
12 de novembro de 2015	Ocupação da E.E Heloísa Assumpção (Osasco) e E.E Castro Alves (Zona Norte de São Paulo)
13 de novembro de 2015	Ocupação E.E Silvio Xavier (Zona Norte de São Paulo)

Fonte: Elaboração própria.

Em 13 de novembro, a Justiça do Estado de São Paulo concedeu reintegração de posse das escolas Diadema e Fernão Dias, mas a decisão é derrubada pelo juiz Luis Felipe Ferrari Bedendi da 5ª Vara de Fazenda Pública. A suspensão do pedido de reintegração nas escolas atendeu a pedidos do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Na decisão, o juiz afirmou que:

Não é a proteção da posse, mas uma questão de política pública, funcionando as ordens de reintegração como a proteção jurisdicional de uma decisão estatal que, em tese, haveria de melhor ser discutida com a população. (BEDENDI, 2016, s/p).

Quadro 5 – Sequência das ocupações nas escolas do Estado de São Paulo

14 de novembro de 2015	Ocupação da E.E Antonio Manoel (Zona Sul de São Paulo)
22 de novembro de 2015	89 escolas ocupadas em todo estado de São Paulo

Fonte: Elaboração Própria

Houve ainda na mesma audiência a determinação pela Justiça sobre as ações da Polícia Militar:

[A PM] não deverá valer-se de meios excessivos, devendo evitar o emprego da Tropa de Choque, escolhendo o corpo policial que estiver melhor treinado para assegurar os direitos previstos tanto na Constituição quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo utilizar-se de negociador. (BADENDI, 2016, s/p)

Com 89 escolas ocupadas em todo estado em 23 de novembro³², três desembargadores, em decisão unânime defenderam que os estudantes tinham o direito a ocupar as escolas como forma de protesto, e derrubaram o recurso do Governo do Estado. Eduardo Gouveia, um dos desembargadores que votou a decisão chegou a afirmar durante a decisão: "Não há o que se reintegrar. A manifestação é um direito".

O apoio institucional de esferas jurídicas foi também importante para a legitimação do movimento perante a sociedade civil e ao Estado. Como se sabe, o judiciário tem maior confiabilidade que o próprio Estado e seus agentes, como a nossa história recente tem nos mostrado. Por isso, tais decisões proporcionaram maior visibilidade e possibilidade de continuidade do processo de ocupações, participação política dos estudantes, e pela luta por educação pública de qualidade.

³² G1. Justiça nega recurso do governo de SP que pedia reintegração de escolas. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/tj-nega-recurso-do-governo-de-sp-que-pedia-reintegracao-de-escolas.html>. Acessado em 28.04.2017

Quadro 6 – Sequência das ocupações nas escolas do Estado de São Paulo

24 e 25 de novembro de 2015	Data que seria o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo): Estudantes veem oportunidade de boicote ao exame, que visa produzir um diagnóstico da situação educacional paulista, e ocupação simultâneos. 174 das 5.147 escolas estaduais não realizam o exame.
01 de dezembro de 2015	200 escolas são ocupadas em todo estado de São Paulo.

Fonte: Elaboração própria.

Com o crescimento em massa e em velocidade impressionante das ocupações, diversos portais de notícias³³ informaram sobre a criação de colaboração independente, de mapas interativos das ocupações (Anexo D), na tentativa de acompanhar em tempo real as mobilizações dos alunos.

³³ Pragmatismo Político. Mapa revela ocupações de escola em tempo real. <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/11/mapa-revela-ocupacoes-de-escolas-em-tempo-real.html>. Acessado em 29.04.2017

Revista Fórum. Mapa interativo indica que escolas estão ocupadas em São Paulo. <http://www.revistaforum.com.br/2015/11/13/mapa-interativo-indica-escolas-que-estao-ocupadas-em-sp/>. Acessado em 29.04.2017

6. AS OCUPAÇÕES

Como já mencionado no presente trabalho, diversas tentativas de mobilização dos estudantes ocorreram antes das ocupações das escolas, o que, de um lado gerou imenso desgaste por parte dos alunos, e de outro criou-se a possibilidade da adoção de novos repertórios. Em primeiro lugar, o desgaste ocorreu devido às repressões sucessivas advindas da Polícia Militar, que atuou de forma truculenta contra os alunos. A ação da polícia não se restringiu às ruas e avenidas durante os atos na tentativa de dispersá-los, mas também ocorreu dentro das escolas. A corporação era acionada muitas vezes pela própria direção da escola, que adentrava os espaços educacionais com armamentos e aparatos repressivos coagindo física e psicologicamente os estudantes, muitas vezes encaminhando-os para as delegacias³⁴. Em segundo lugar, a possibilidade de barrar a “reorganização” pareceu cada vez mais distante para os estudantes, fazendo com que novos repertórios se tornassem necessários para a continuidade da luta. Para McAdam, Tarrow e Tilly,

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática. Esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos, e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais, condenando-os a serem descritos com sucesso como “extremistas” por seus oponentes e pela mídia. (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009. p. 25)

O caso dos estudantes nos permite analisar que a inovação tática foi de fato bem sucedida e aplicada, e justificou o escalonamento do número das ocupações em todo estado de São Paulo. Se por um lado os estudantes estavam desgastados, por outro, as ocupações insurgentes na Região Metropolitana e na capital paulista, encorajou a utilização do mesmo instrumento de luta por outros secundaristas, de modo que gerou certa

³⁴ Ver em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/11/25/sp-pm-e-alunos-entram-em-confronto-em-escola-ocupada-seis-sao-indiciados.htm>. Acessado em 12 de maio de 2017.

desestruturação por parte do governo do estado, já que não havia nenhum tipo de prevenção tática para este caso. Além do fato de que o ECA é o instrumento jurídico utilizado na defesa dos estudantes, muitas reintegrações de posse foram negadas pela justiça, como já mencionado anteriormente. Os relatos de muitos estudantes nos permitem observar dois principais sentimentos: medo e esperança.

É necessário considerar que as mais de 200 ocupações tiveram características bastante particulares por estarem inseridas em espaços geográficos bastante diversos. Constatou-se, a partir de diferentes relatos, que enquanto uma escola central recebia doações de alimentos com frequência, uma escola da periferia tinha que lidar com ameaças do poder do tráfico de drogas local.

No entanto, havia elementos presentes na grande maioria das ocupações: i) o sentimento de pertencimento à escola; ii) a crença de que a luta era por educação e deveria ser feita somente pelos estudantes; iii) a ideia de horizontalidade (que já vinha sendo pautada durante os protestos); iv) a quebra dos estereótipos de gênero (que também foi observado nos protestos, com a maioria de meninas nas linhas de frente); v) autogestão.

Não só para a ocupação concreta, como também para a manutenção das ocupações, o manual “Como ocupar um colégio” do Coletivo O Mal Educado, foi de grande importância. Nele, havia descrição do passo a passo das divisões de tarefas internas de forma bastante didática, que foram seguidas pelos estudantes, não necessariamente de maneira uniforme em todas as ocupações, com o objetivo de reforçar a ideia de que a luta deveria ter um único protagonista: os próprios estudantes. Cabe ressaltar que o manual era um modelo a ser seguido, e portanto, cada escola utilizou em maior ou menor grau. A importância do manual está em propagar a possibilidade de organização dentro de uma ocupação.

McAdam, Tilly e Tarrow (2009, p. 26) afirmam que “as organizações de movimentos sociais, comumente criam estruturas paralelas àquelas dos detentores do poder aos quais dirigem suas demandas”. Nesse sentido, os estudantes criaram um modelo de organização completamente oposto ao daqueles que dirigiam suas demandas: enquanto o Estado se valia de verticalização decisória, os estudantes optaram pela horizontalidade, criando

espaços para debate, deliberação conjunta e democrática, de modo a afirmar o repúdio ao autoritarismo do Governo Alckmin, reafirmando práticas democráticas.

Para tanto, a assembleia foi considerada o órgão mais importante das ocupações, uma vez que durante essas reuniões as decisões deveriam ser efetivamente tomadas e, sobretudo discutidas. Por isso, a participação dos alunos em grande número era muito importante. O manual do Coletivo indicava que as pautas deveriam ser levadas antecipadamente à assembleia e aconselhava o estabelecimento de um tempo mínimo e máximo para as falas, procurando com isso evitar que os debates se tornassem muito “longos e chatos”. Instituiu-se, assim, a ata e o controle do tempo de fala. Para que ocorresse a primeira ocupação, a assembleia inicial deveria pautar as reivindicações e as demandas, para que os objetivos fossem esclarecidos e conhecidos por todos.

Após a deliberação da ocupação, eixos de organização interna eram definidos, de modo que as tarefas deveriam ser distribuídas de forma igualitária, respeitando a democracia direta ali estabelecida. Por isso, os estudantes estabeleceram comissões durante a assembleia geral para que houvesse supervisão e divisão de responsabilidade no que diz respeito às tarefas. As comissões que geriam a organização interna foram divididas em diferentes setores: comida, segurança, informação, limpeza, relações externas e imprensa.

A comissão responsável pela comida da ocupação procurava garantir ao menos duas refeições diárias aos ocupantes (café da manhã e jantar), atentando para a disponibilidade de alimentos, bem como para a forma como os alimentos chegariam até a escola.

A preocupação com a segurança mobilizou a formação de uma comissão específica por parte dos estudantes, pois era encarregada de supervisionar o patrimônio escolar e a integridade dos próprios alunos. As principais tarefas designadas para essa comissão eram: o trancamento dos portões e a vigia constante; a proibição da entrada de qualquer pessoa que não tivesse sido previamente aprovada em assembleia; o controle por meio de anotações dos horários de entrada e saída dos ocupantes, visando a manutenção de um número médio de alunos dentro da ocupação; a

fiscalização para que não houvesse entrada ou uso de álcool, drogas, armas ou outros elementos decididos em assembleia, que pudessem causar desordem ou conflito interno.

As informações difundidas dentro da ocupação deveriam caber à comissão de informação, e ela deveria assegurar que as decisões tomadas em assembleia chegassem ao conhecimento de todos os estudantes, além de disponibilizar os horários de atividades coletivas.

Um espaço limpo e bem cuidado foi importante para legitimar a luta dos estudantes frente à imprensa. Por isso, a comissão da limpeza procurava manter-se atenta quanto ao lixo produzido pelos ocupantes, ocupando-se também do trabalho de conscientização coletiva acerca da importância de se manter limpo aquele espaço.

Os membros da comissão de relações externas eram encarregados de transmitir as decisões das assembleias para as autoridades e para os meios de comunicação que estivessem cobrindo as ocupações. O Mal Educado orientou os alunos para que nenhuma opinião ou juízo de valor fosse exposto nessas ocasiões, por isso, dois ocupantes eram eleitos em assembleia para cuidarem das relações externas, de modo que se não cumprissem a função, deveriam ser trocados. Os estudantes foram mais a fundo, quando perceberam que a mídia tentava criar uma liderança única, os porta-vozes eram trocados no dia seguinte. A comissão de relações externas tinha como responsabilidade também não deixar atores externos tomarem a luta para si, por isso era através de poucos alunos que se dava a relação com outros movimentos sociais ou partidos políticos, a fim de não desviar o foco da luta estudantil secundarista.

A comissão de imprensa responsabilizou-se por dialogar com os meios de comunicação e com outras escolas e universidades, divulgando a própria ocupação. O *Facebook* e o *Whatsapp* foram instrumentos de difusão muito importantes nesse sentido. Além das mídias alternativas como os Jornalistas Livres e a Mídia Ninja, que recebiam as informações dos estudantes e logo divulgavam nas redes sociais. A comissão também era responsável pelas faixas e cartazes que a condição de escola ocupada. Das mais de duzentas ocupações em todo estado, era possível observar as fachadas das escolas com os seguintes dizeres: “Há vinte anos eles roubam a nossa educação”; “A escola é nossa”; “Contra a reorganização escolar”; “Vai ter manifestação sim, e

se reclamar vai ter mais! #aqueituaqueiuvoficar”; “Ensino médio fica”; “Boicote ao Saesp”; “Escola de luta”; “Não à reorganização”; “Escola não é gasto, é investimento”; “Não fechem as escolas”; “Reorganize seu governo, não nossas escolas”; “Alckmin o destruidor da educação”; “Você fecha minha escola e eu tiro seu sossego”; “Não tem arrego”.

A manutenção diária das ocupações, com as divisões de tarefas entre todas e todos, possibilitou uma rotina de atividades de formação. Diversas atividades culturais foram propostas nas ocupações incluindo saraus, shows, aulas, palestras, exposições de filmes, criação de peças teatrais, entre outros. Além disso, um movimento externo, de artistas ajudou a mobilização frente à sociedade civil. Chico Buarque, Dado Villa-Lobos, Paulo Miklos, Zélia Duncan, Dani Black, entre outros, gravaram uma música, de autoria de Dani Black, “Trono de Estudar” (Anexo E), em apoio aos estudantes.

O vídeo, disponibilizado no YouTube, conta com 347.616 mil visualizações³⁵. A música faz alusão às salas de aulas como prisões precárias, e mesmo neste estado é necessário lutar por ela. Além disso, reforça a ideia da educação como direito social conquistado. O compositor, que escreve como um eu-lírico estudante, demonstra seu posicionamento frente ao Estado “Pra ter escolha tem que ter escola/Ninguém quer esmola, isto ninguém pode negar/Nem a lei, nem estado, nem turista/Nem palácio, nem artista, nem Polícia Militar”. De forma, que o “trono de estudar” são as escolas ocupadas, e os governantes teriam de recuar e “engolir” os estudantes de luta.

Essa primeira mobilização da classe artística foi precursora do evento chamado “Virada da Ocupação”³⁶, realizado pelo coletivo Rede Minha Sampa, que contou com a participação voluntária de cantores em apoio aos estudantes. Foram 816 artistas e bandas inscritas, 705 produtores se voluntários, 914 inscritos para cobrir o evento, em 10 escolas ocupadas entre os dias 06 e 07 de dezembro de 2015.

Segundo o coletivo, foi observando a importância do movimento dos secundaristas por maior participação nas decisões do Estado - e a estratégia duvidosa do governo para lidar com a situação - que a Rede Minha Sampa resolveu que era necessário atuar. Durante as expressões mais violentas da

³⁵ Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=14NqOdRY_Ls. Acessado em 28.11.2016.

³⁶ Ver em: <http://viradaocupacao.minhasampa.org.br> Acessado em 05.10.2016

repressão, a Rede criou uma plataforma chamada “De Guarda Pelas Escolas”, em que qualquer cidadão podia se tornar um “guardião” das escolas ocupadas, e receber um SMS em caso de desocupação forçada. O projeto recebeu mais 4.000 guardiões inscritos que puderam colaborar com a segurança dos estudantes através do chamado.

A percepção de que a mídia tradicional tratava os estudantes como “invasores”, fez com que os ativistas da Minha Sampa convocassem a classe artística a fim de demonstrar o apoio da sociedade civil ao movimento secundarista.

6.1 Meninas de luta

Nas linhas de frente das centenas de manifestações observadas no período, a maioria feminina tornou-se uma constante. As meninas que participaram da luta secundarista atuaram de forma assertiva nas ruas, onde suas presenças tendiam a ser anteriormente reduzidas, se comparadas à presença masculina. Desse modo, para se compreender melhor a importância da questão de gênero junto ao objeto de pesquisa aqui apresentado, bem como suas particularidades e recortes, é importante que se considere a estrutura machista contra a qual as mulheres historicamente têm lutado ao redor do mundo.

O patriarcado pode ser entendido como um sistema social resultante de processos históricos, que oprime e submete as mulheres aos homens e reserva papéis sociais específicos aos gêneros, destinando o espaço público aos homens e o privado às mulheres. Entretanto, a resistência das mulheres vem se intensificando, uma vez que muitas foram e são as lutas por elas organizadas contra as diversas instituições do sistema patriarcal, incluindo o Estado. Segundo Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014):

A busca por uma compreensão especificamente feminista do Estado se liga à percepção crescente de que a ortodoxia marxista não é capaz de dar conta, de maneira adequada, das desigualdades de gênero. Surgem então, as correntes que enfatizam o duplo caráter, patriarcal e capitalista, da sociedade ocidental, sem que um adjetivo tenha primazia sobre o outro. Na visão de algumas autoras, o Estado exercia um papel

destacado na mediação entre patriarcado e capitalismo, permitindo o funcionamento concomitante de suas formas de opressão e exploração (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 98).

Deve-se ressaltar que o feminismo percebe o Estado para além de um mero aparato repressivo, compreendendo-o como promotor de práticas sociais. Segundo essa lógica, uma importante contribuição é a da estadunidense Catharine MacKinnon, que formulou uma teoria feminista do Estado na qual o aparato estatal é visto como uma instituição que tende a incorporar o ponto de vista masculino. Desse modo, embora apresentando-se repetidamente como neutro, o Estado garante de maneira sub-reptícia seu caráter masculino, negando legitimidade às demandas das mulheres. Para a autora, o Estado “constitui a ordem social no interesse dos homens como gênero – por meio de normas, formas, relação com a sociedade e políticas substantivas legitimadoras” (Mackinnon, 1989. p. 162). Esta é uma percepção que parece ter sido apreendida pelas estudantes secundaristas, de acordo com a qual o detentor do poder estatal representa também a dominação masculina.

Ao posicionarem-se politicamente nesse contexto, enquanto meninas que pautaram a questão de gênero, o ditado popular sexista “você está lutando como uma menina” caiu por terra durante a luta secundarista. As próprias alunas deram aulas atribuindo novo significado ao ditado, mostrando que lutar como uma menina confundia-se com uma legítima reivindicação por um espaço político, criando instrumentos para uma luta concreta, pautando ideias e discussões, assumindo a linha de frente e, por fim, resistindo efetivamente como uma garota. Segundo o relato de uma das estudantes da E.E. João Kopke, na revista Vai Da Pé: “fizemos questão de dar mais voz para aquilo que a sociedade cala, as mulheres sempre foram caladas. A população LGBT também e a gente dá mais voz, pros negros também”³⁷.

O processo para alcançar essa percepção, no entanto, não foi tão simples. Algumas secundaristas relatam que já tinha alguma relação com a temática de gênero e opressão junto aos coletivos feministas dos quais elas participaram fora das escolas, mas havia também meninas e meninos que não

³⁷ Vaidapé. Relatos de estudantes secundaristas sobre gênero e empoderamento. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2016/06/relatos-de-estudantes-secundaristas-sobre-genero-e-empoderamento/> Acessado em 30.08.2016

tinham proximidade com a discussão. Assim, as ocupações mostraram-se espaços importantes para o início de um processo de “desconstrução”, como as próprias estudantes denominam, das práticas machistas e violentas. Na mesma entrevista à revista é possível acompanhar o relato de outra aluna da E.E. Maria José:

O movimento dos secundaristas em si, quando ele tomou uma proporção muito maior do que só com a escola, fez a gente perceber que era possível criar um novo tipo de relação social, um novo tipo de sociedade. Acabava que dentro das ocupações nas escolas, as pessoas que eram mais oprimidas tinham mais voz e tomavam frente. Criaram consciência de que eles sofriam uma opressão forte e não se calavam como de costume, todos os dias. Isso aconteceu também com as meninas, porque mina que sofre machismo todos os dias na escola, já por ser estudante de escola pública, mulher, negra e LGBT, acabou que todas essas opressões se voltavam como empoderamento para nós. Sempre foi uma coisa espontânea, as meninas chegavam na frente das ocupações e nos atos dos estudantes. Todo o tipo de opressão durante a ocupação se transformou em empoderamento, é muito lindo todo esse processo de transformação. Os meninos da minha escola e de outras escolas que continuam na luta estão sempre tentando se desconstruir. Aí se o cara foi machista, ele pede desculpa, pergunta como ele pode melhorar.

Outra aluna da E.E. Fernão Dias ainda relata:

Antes de participar do movimento eu era massinha de manobra, garota padrão. Para mim, agora, entendo muito melhor as questões de gênero e acho que eu consegui mudar muita gente só de chegar e conversar. Para transformar a questão do gênero na escola, os alunos tem que ter voz, porque o que é uma escola sem aluno? Então porque os alunos não tem voz?

Nos movimentos que não são tradicionalmente de mulheres, não é comum que elas ocupem as linhas de frente ou sejam porta-vozes. As secundaristas inovaram mais uma vez ao trazer gênero como pauta atrelada à luta pela educação pública. Elas enfrentaram a violência da polícia, participaram da segurança das escolas ocupadas, e levaram para dentro das ocupações a possibilidade concreta de uma mudança estrutural através de suas respectivas atitudes enquanto alunas, contribuindo ao debate de gênero aos demais alunos. Uma estudante da E.E. Fidelino Figueredo conta:

Teve uma parte de repressão dos meninos, tinham muitos garotos que eram muito machistas e sexistas. Quando nós íamos falar, eles diziam que não podíamos ficar na segurança porque éramos mais fracas. Um dia recebemos uma ameaça de molotov de alunos que eram contra o movimento dos secundaristas, daí os caras falaram 'as garotas vão para trás'. E eu respondi que eu tinha a mesma idade e força igual. Não é só porque ele é homem que ele é mais forte do que eu. Na verdade tem várias garotas que lutam boxe e são mil vezes melhores que vários homens por aí

Das diversas atividades externas, como palestras, oficinas, aulas públicas, ou rodas de conversa, propostas dentro das ocupações, muitas eram sobre a temática de gênero, enfatizando a interseção entre violência, classe, raça, representatividade e empoderamento. Esse novo ciclo do movimento trouxe consigo um pilar muito importante, segundo o qual sem equidade de gênero não poderia haver democracia. Nesse processo de conhecimento e construção de senso crítico, as redes sociais tiveram um papel importante para essas meninas, pois foi possível encontrar espaços para debate, apoio, empatia.

7. A REVOGAÇÃO DO DECRETO COMO RESULTADO DA LUTA

Em um domingo, dia 29 de novembro de 2015, Fernando Padula Novaes, chefe de gabinete do secretário Herman Voordwald, convocou uma reunião emergencial com 40 dirigentes de ensino do Estado de São Paulo, na Secretaria Estadual de Educação, para anunciar que o decreto final da chamada reorganização escolar sairia em 1 de dezembro. Além disso, Novaes pretendia também apontar estratégias para desmoralizar e isolar os estudantes em luta contra as medidas do governo. A reunião, no entanto, foi gravada por Laura Capriglione, dos Jornalistas Livres³⁸ e expôs a todos o funcionamento da Secretaria.

A reunião se iniciou com a fala de Novaes:

Bom dia a todos, desculpem tirar vocês em um domingo [...] acho que o momento é necessário. Só para passar algumas informações: Primeiro, o Governador [Geraldo Alckmin] tem falado muito com o professor Neto, com total apoio, convicção, não tá nem titubeando quanto a isso [a reorganização], nem pensa em voltar atrás [...] nós estamos no meio de uma guerra e temos que nos preparar pra continuar, eventualmente a gente perde algumas batalhas, mas temos que continuar pra vencer a guerra final.

Nos primeiros dez minutos da reunião, que durou cerca de quarenta, o chefe de gabinete expressou claramente o tratamento dado à reorganização escolar proposta pela secretaria. O léxico bélico utilizado por Fernando Novaes demonstrou a violência e o caráter autoritário do governo em relação às discordâncias de seu projeto, evidenciando um campo de disputas entre os atores envolvidos, marcado pela desigualdade de forças: o Estado com um projeto não discutido com a comunidade escolar *versus* alunos desprevenidos e desinformados; a polícia fortemente armada *versus* manifestantes desarmados; o aparato técnico-burocrático Secretaria Estadual de Educação *versus* alunos da rede pública estadual.

Na mesma reunião, Novaes ainda expôs a necessidade de se fazer uma audiência pública com o objetivo de desmoralizar os argumentos de quem era contra a reorganização e mostrar para os envolvidos que não era “um drama

³⁸ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=68qbymS6Xvc>. Acessado em 09.01.2017.

tão profundo”, admitindo que seria importante rever “alguns pontos específicos, mas não a política pública”. A Secretaria demonstrou que era incapaz de incorporar divergências relacionadas a uma política pública por ela defendida, afirmando-se como antidemocrática. Segundo o chefe de gabinete:

Nós temos que desqualificar o movimento, porque é isso: o movimento é político, é partidário, é pra desviar foco. [...] Estive com o Dom Odilo, e ele disse mas isso é pra desviar o foco de Brasília – um chefe da Igreja consegue perceber e fazer uma leitura clara do que está acontecendo.

A leitura da Secretaria de Educação a respeito da mobilização dos estudantes demonstrou um desconhecimento absoluto acerca do movimento, e isso se deveu, em parte, à falta de diálogo entre os atores sobre a pauta. Desse modo, devido ao seu caráter profundamente tecnicista, a medida não foi capaz de enxergar a precariedade que os alunos são submetidos diariamente dentro das escolas públicas, fechando os olhos para a indignação dos estudantes quanto a uma política pública verticalizada. Fernando Novaes prosseguiu com o argumento:

A ação política nós vamos brigar até o fim, vamos desmoralizá-los e vamos ganhar. A ação que eventualmente tenha fundamento como, por exemplo [o fato de] o noturno estar indo pra muito longe, aí nós fazemos essa mudança pontual, e aí desarmamos o movimento.

Em parte, a Secretaria deslegitimou os argumentos dos estudantes devido ao senso comum de que as lutas por direitos sociais recentes no Brasil são ligadas somente aos partidos políticos. Por isso, o movimento secundarista desconstruiu de forma tão contundente o argumento do Governo do Estado de São Paulo. Havia já naquele momento um descrédito de alguns movimentos institucionalizados, e o autonomismo reivindicado pelos alunos foi também uma forma de legitimar o próprio movimento frente à sociedade.

A reunião do dia 29 se pautou também pela necessidade de consolidação da reorganização, de modo que, segundo Novaes, a estratégia a ser adotada era a de se realizar as transferências dos alunos normalmente, deixando “no limite” aquelas escolas que estivessem “invadidas”, pois que,

segundo ele, previa-se no máximo um adiamento provisório do início das aulas nessas escolas.

O chefe de gabinete de Herman Voordwald ainda mencionou a importância da Secretaria de Segurança Pública durante esse processo de “guerra”, e disse que a polícia estava fotografando os veículos estacionados ao redor das escolas para que os proprietários respondessem às denúncias feitas pela S.E na Procuradoria Geral do Estado. Assim, a S.E se armou contra todas as possibilidades de reação popular, de modo que a repressão serviu para a manutenção dos instrumentos burocráticos.

Com o vazamento de informações privilegiadas dessa reunião, a Secretaria perdeu mais uma vez legitimidade frente aos estudantes e frente à opinião pública.

Em 4 de dezembro de 2015, o governador Geraldo Alckmin assinou o decreto 61.692 (Anexo F), no qual revogou o decreto 61.672 de 30 de novembro de 2015, que previa a transferência do quadro de pessoal. Na mesma data, Alckmin faz um breve discurso³⁹ anunciando que a reorganização seria adiada, para que no decorrer do ano de 2016 houvesse um aprofundamento do debate em cada escola, com alunos, professores e o restante comunidade escolar.

A Folha de São Paulo publicou no mesmo dia do anúncio do governador, pesquisa do Datafolha que apontava queda de sua popularidade⁴⁰, a níveis nunca antes vistos. A pesquisa do Datafolha mostrou que na ocasião somente 28% do eleitorado paulista qualificava o desempenho de Alckmin como ótimo ou bom, resultando na menor taxa de aprovação do governador em mais de dez anos de gestão. A reprovação também foi recorde: 30% dos paulistas classificaram o desempenho do governador como ruim ou péssimo. Segundo a Folha, foi a primeira vez que a desaprovação de Alckmin foi maior que sua aprovação.

A mesma pesquisa do Datafolha ainda perguntou à população paulista sobre ao fechamento de escolas e o remanejamento de alunos da rede pública: 29% disseram ser a favor da medida, enquanto 61% foram contrários a política

³⁹ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cvo4getnwko>. Acessado em 09.01.2017

⁴⁰ Ver em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>. Acessado em 09.01.2017

do governo do Estado de São Paulo. Em relação às ocupações, 55% das pessoas entrevistadas pelo Instituto Datafolha responderam ser a favor, e 40% contra.

Como resultado imediato do anúncio de suspensão da reorganização escolar, o então secretário de Educação, Hermann Voordwald, pediu demissão do cargo⁴¹, sem maiores explicações.

A reação dos alunos foi dúbia. Havia uma sensação generalizada de desconfiança, mas simultaneamente os estudantes esboçavam certa felicidade por terem conseguido se pautar frente ao Estado, por mostrarem que eles, enquanto representantes da parcela fundamental do sistema de ensino, existiam e resistiam. Algumas escolas colocaram faixas com os dizeres “Governador, seu mandato tem dias contados, nossa luta não”.

A experiência serviu de motivação para outras lutas, como foi possível de ser observado na atuação combativa levada a cabo pelos estudantes na apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Merendas no ano de 2016. A comissão visava a apurar os contratos firmados entre empresas e cooperativas de agricultura familiar com o governo de São Paulo e em, pelo menos, 37 municípios paulistas.

A Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf) foi a principal investigada. Escutas telefônicas mostraram que os contratos foram superfaturados, uma vez que cada litro de suco de laranja custou para a Coaf R\$ 3,70, tendo sido vendido para o governo pelo dobro do preço. O vice-presidente da Coaf chegou a declarar que as propinas chegaram a R\$ 1,94 milhão em um ano. Enquanto isso, em diversas escolas paulistas, os alunos recebiam como merenda bolachas de água e sal e achocolatado industrializado.

Nas delações premiadas da CPI, feitas por funcionários da Coaf, foram feitas menções ao deputado Fernando Capez (PSDB), ao ex-chefe de gabinete da Casa Civil do governo Estadual, Luiz Roberto dos Santos (PSBD), e aos deputados federais Baleia Rossi (PMDB), e Nelson Markezelli (PTB), e Luiz Carlos Gondim (SD).

⁴¹ Ver em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/apos-suspensao-de-reorganizacao-escolar-secretario-deixa-cargo-em-sp.html>. Acessado em 09.01.2017

As investigações até então feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, haviam levantado importantes provas, mas a CPI da Máfia da Merenda na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) poderia levantar tantas outras, contribuindo para a punição dos envolvidos. Enquanto isso, no fim de abril e início de maio de 2016, os estudantes secundaristas novamente lançaram mão de sua estratégia mais simbólica: as ocupações. E decidiram em conjunto ocupar a ALESP para que a CPI fosse instaurada. Concomitantemente, outras três escolas estaduais, treze escolas técnicas, incluindo o Centro Paula Souza, e mais duas diretorias de ensino foram ocupadas.

Ainda, dentro das conquistas adquiridas pela atuação do movimento dos secundaristas, a denúncia da repressão policial na Corte Interamericana de Direitos Humanos em Washington DC, nos Estados Unidos, deve ser considerada. Concomitante às ocupações, mães e pais criaram o Comitê de Mães e Pais em Luta (CMPL) e organizaram um dossiê denunciando a violência do Estado, de modo que em abril do presente ano, a corte condenou o governo de São Paulo por uso excessivo de força na repressão contra os estudantes.

Para além das conquistas concretas, é importante considerarmos a dimensão simbólica envolvida no processo: a partir de então, os estudantes secundaristas retomaram um importante espaço de reivindicação na participação de políticas públicas. É notável a presença de muitos deles, em diversos atos, protestos, e passeatas pela capital paulista desde a eclosão do movimento, mas não só ligados a educação pública, mas também às reformas trabalhistas e previdenciárias – o que mostra de fato um processo de politização e crescimento do grupo enquanto movimento social.

8. CONCLUSÃO

A política neoliberal tem adentrado cada vez mais a esfera das políticas públicas sociais no Brasil. Ao menos desde a década de 1990, as escolas vêm sendo tratadas de forma tecnicista por organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e de várias fundações privadas. Como é sabido, desde então argumentos técnicos passaram a definir os rumos da educação brasileira, projetados notadamente por economistas que “tomaram de assalto” a temática da educação e se impuseram como produtores legítimos de políticas educacionais (Almeida, 2008, p.164).

Diversos projetos relacionados à educação têm sido pautados pelos critérios de eficiência, eficácia e efetividade, desconsiderando-se outras importantes dimensões que compõem os sistemas educacionais. Além disso, tais organismos, definidores de agendas políticas, tendem a desconsiderar enfaticamente os possíveis atores sociais na implementação de uma política pública, como foi o caso da reorganização escolar proposta pela Secretaria Estadual de Educação Paulista. Tal reorganização, ao apostar na passividade dos envolvidos, – *coeteris paribus* –, demonstrou descaso com os alunos durante o fracassado processo de implementação.

O desconhecimento do destino dos prédios públicos que seriam desocupados – totalizando 94 escolas em todo o estado – foi um exemplo claro da displicência com que o projeto foi elaborado. A falta de comunicação não foi uma mera falha operacional de implementação da referida política pública, mas sim uma opção conscientemente adotada pelo próprio Poder Público com objetivo de desorientar a população. As práticas de implementação *top-down*, demonstram isso. Além disso, o Estado não se preparou para uma reação em massa, e surpreendido com o exercício do direito de manifestação pelos estudantes, recorreu mais uma vez à repressão policial.

A verticalização decisória pressupõe uma implementação autoritária das medidas, e geralmente procura excluir do debate aqueles que delas discordam. O que a Secretaria não esperava era que a maior parte dos alunos rejeitariam o projeto e não deixariam que ele fosse posto em prática sem que fossem ouvidos. Os laços afetivos com a escola e a reconstrução da comunidade escolar durante a luta definiram a consistência da demanda dos estudantes.

Os diversos discursos apresentados no trabalho permitem concluir a dualidade em que a Secretaria do Estado pautava da reorganização, se por um lado a Polícia Militar entrava em “confronto” com os estudantes, por outro, os estudantes relatavam abuso de poder e violência contra adolescentes protegidos por um regime jurídico especial, o ECA. Essa dicotomia levada a cabo pelo governo do Estado, impossibilitou o diálogo com os estudantes em luta, de forma que eles representavam a “guerra”, e o “mal”.

Diferentemente das lutas tradicionais, os estudantes secundaristas lançaram mão de estratégias inovadoras. Os modelos de atuação dos estudantes em lutas político-sociais não eram capazes de conceberem a ideia de um movimento nos moldes como se deu a organização secundarista de 2015, já que, como aponta Ann Misch, havia uma tendência pós-ditadura, em classificar os estudantes como despolitizados. Por isso, é necessário pontuar as inovações táticas que tiveram raízes na persistência dos estudantes em se pautarem frente ao governo do Estado de São Paulo.

O movimento dos estudantes secundaristas atuou de forma distanciada dos modelos tradicionais de se fazer política. Por isso, a construção de um repertório novo foi tão importante: As ocupações, a horizontalidade decisória, representatividade de fala, a inserção da temática de gênero na pauta educacional, etc, demonstravam não só descontentamento com a reorganização escolar, mas com o modo que a democracia vem sendo construída no Brasil. O distanciamento institucional surgiu inclusive com classes representativas como mostrado anteriormente, como a UBES ou a UMES, de modo que o momento político em que ocorreram as ocupações deve ser considerado.

As ocupações então foram espaços importantes, tanto do ponto de vista simbólico quanto do ponto de vista pragmático, uma vez que o diálogo com o restante da sociedade civil foi aberto e seu apoio à luta, relevante.

Maria da Glória Gohn, ao descrever os movimentos sociais como produtores de conhecimento demonstra que os estudantes obtiveram êxito, já que o processo de luta foi também um processo pedagógico coletivo de reconhecimento de direitos, de modo que a percepção do papel do cidadão foi afirmada. A construção da luta coletiva, em todo o Estado, teve diferentes

impactos difíceis de serem mensurados neste trabalho, mas foram os passos lentos, apesar da velocidade comunicativa adquirida pelas redes sociais amplamente utilizada e reivindicada, que o movimento conseguiu se pautar.

O presente trabalho permite ainda concluir que, a partir de 2015, o Estado deve ao menos se mostrar mais atento ao debate público, que envolve forças tão dispostas quanto a dos estudantes, uma vez que a luta secundarista demonstrou a capacidade de mobilização popular em revogar um Decreto, derrubar um Secretário de Educação, e pautar o debate acerca da educação pública para além do Estado de São Paulo. No momento exato da escrita dessa conclusão, os estudantes secundaristas, em 10 de agosto de 2017, ocuparam a Câmara dos Vereadores de São Paulo, pedindo a suspensão das votações dos Projetos de Lei 364/367/404 de 2017, que impõe cortes e restrições ao Passe Livre Estudantil.

A luta é permanente.

Bibliografia

ALMEIDA, Ana Maria F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, p. 164, 2008.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. Boitempo Editorial, 2015.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Relume Dumará, 2007.

ABRAMO, Helena Wendel. Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH da USP. São Paulo: 1992.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. In: W. Benjamin, Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas, v. 1, p. 222-232, 1987.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: Uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Fieldwork in Philosophy**. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. A “juventude” é só uma palavra. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BUTLER, Judith. *Foreword*. In: Özkirimli, Umut (ed.) *The Making of a Protest Movement in Turkey: #occupygezi*. London: Palgrave Macmillan, 2014

CAMPOS, Antonia JM; Medeiros, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna). 352p.;II.

CANDIDO, Antonio. O estudo sociológico da escola. In: FORACHI, M. e PEREIRA, L. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editorial, 1977.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. **Ubes – uma rebeldia consequente: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil**. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. California: Sage Publications, 2007.

EISENSTEIN, Zillah R. **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. Nova York: Monthly Review Press, 1979.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 19-48, 1989.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 127-162, 2004.

GARLAND, Christian. *Autonomismo*. In: NESS, Immanuel (Ed.). **The international encyclopedia of revolution and protest: 1500 to the present**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GOHN, Maria da Glória et al. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Revolucionários**. Rio de Janeiro, 2003.

JUNIOR, Antonio Mendes. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state**. Harvard University Press, 1989.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACHI, M. e PEREIRA, L. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editorial, 1977.

MAY, Tim. **Social research**. McGraw-Hill Education, 2011

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 5-14, 1997.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6, 1997.

_____. **Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton University Press, 2008.

ORTELADO, Pablo. *Prefácio*. In: **Escola de Luta**.

PESCHANSKI, João Alexandre et al. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. **Occupy** [David Harvey... et al.];[tradução João Alexandre Peschanski... et al.].– São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 27-30, 2012.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Civilização brasileira, 1979.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

WACQUANT, Loïc. Hacia una praxeología social. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI editores. 2008.

YIN, Robert K. **Case study research: Design and methods**. Sage publications, 2013.

ANEXO B – DECRETO 61.672 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

**DECRETO Nº 61.672,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

Disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - A Secretaria da Educação fica autorizada a proceder as transferências dos integrantes dos Quadros de Pessoal, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, nos casos em que as escolas da rede estadual deixarem de atender 1 (um) ou mais segmentos, ou, quando passarem a atender novos segmentos.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo às unidades escolares de Diretorias de Ensino distintas.

Artigo 2º – No caso de transferência dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro da Secretaria da Educação, a manutenção do Adicional de Insalubridade será por apostilamento do Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Educação.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de novembro de 2015

GERALDO ALCKMIN

Irene Kazumi Miura

Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 30 de novembro de 2015.

ANEXO C – Manual “Como ocupar um colégio?”, d’O Mal Educado

contra a "reorganização" da rede estadual!



SE FECHAR, VAMOS OCUPAR!

1. PLANO DE AÇÃO

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos estudantes secundaristas da cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro desta estratégia. Para ganhar, todos devem saber porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também não dispersarmos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos.

Começaremos com ocupações rápidas, que nos permitam usar nossas forças da forma mais efetiva possível. Não devemos nos desgastar no início da luta, além disso devemos deixar claro que não ocupamos as escolas porque queremos. Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado. Não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportando as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar. É por isso que ocupações devem ser relativamente curtas (por volta de uma semana), para abrir um canal de diálogo, e ver se o governo está disposto a atender nossas demandas.

Se depois das primeiras ocupações e das tentativas de negociação o governo insistir em suas políticas contra a educação pública, teremos que medir nossas forças novamente. Se sentirmos que somos mais fortes, que conseguimos convencer mais estudantes de que eles devem estar dispostos a ocupar seus colégios, então estará dada a possibilidade para um novo levante dos estudantes com dezenas de ocupações em toda a cidade. No entanto, se vemos que não temos forças suficientes para ocupar as escolas, seria um erro ir para o tudo ou nada. A ocupação não é um fim em si mesma, é só uma ferramenta a mais dentro de um plano de luta maior. O nosso objetivo final é frear o avanço governamental sobre a nossa educação, não ocupar por ocupar. Por isso, se não temos condições para ocupar, temos que encontrar outras maneiras para defender nossa educação, com travamentos de ruas, marchas, Jornadas culturais, debates abertos com nossos pais, etc.



COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizessemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “Como ocupar um colégio?”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

O MAL - EDUCADO

<http://gremiolivre.wordpress.com>

E NO BRASIL?

estudantes ocupam escola no Mato Grosso do Sul e impedem seu fechamento

Pode parecer distante, mas não é só em outros países que os estudantes tomam as escolas para fazer suas lutas. Aqui no Brasil isso já aconteceu algumas vezes, como no Mato Grosso do Sul em 2012.



Para impedir que o Governo do Estado entregasse a escola ao município, os estudantes da E.E. Prof. Luiz Carlos Sampaio se uniram e decidiram ocupar o colégio como forma de protesto. Entraram no prédio, montaram acampamento, e ali ficaram por dias, até que o governador recuasse. A ocupação logo chamou atenção da mídia, pôs medo no Estado e conquistou o apoio dos demais trabalhadores da cidade, que passaram a se solidarizar com os estudantes. A pressão deu certo: no final, a escola se manteve.

exemplo para nossa luta de São Paulo



A vitória desse colégio no Mato Grosso do Sul é um exemplo para todos os estudantes que estão hoje lutando em São Paulo. Porque prova que com organização coletiva e ousadia é possível impedir o fechamento de escolas, e barrar a “reorganização” que o Governo Alickmin quer impor. **Se eles fizeram lá, podemos fazer também aqui.**

ASSEMBLEIAS - A assembleia é o órgão mais importante durante uma ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e ser discutidas nela. É importante que se incentive a participação de todos os estudantes e não só dos mais experientes. Isso pode ser alcançado decidindo com antecedência um conjunto de temas para serem discutidos, para que dessa forma os companheiros com menos experiência tenham mais tempo para elaborar suas posições.



Se esse conjunto de assuntos é extenso e os debates são chatos e longos, o melhor é colocar um limite de tempo (3 a 5 minutos) para cada intervenção/fala. Devem ter dois moderadores: um que controle o tempo da intervenção/fala e avise quando o tempo terminou ou se a discussão está

fugindo do tema e um outro que faça uma lista de quem deseja falar e anote as decisões tiradas na assembleia. Outra pessoa deve fazer a ata, um registro detalhado da assembleia. Como é algo que pode ser chato e entediante, esse posto pode ser rotativo.

Na primeira assembleia (quando se decide a ocupação) é conveniente que seja votada uma série de reivindicações e demandas. Com isso, se evitam confusões e se tornam claros os objetivos da ocupação.

ATIVIDADES - É recomendável que durante o dia sejam realizadas atividades na ocupação com a participação de alunos, professores, pais e todos os que apoiem a ocupação. Essas atividades podem ser decididas tanto por companheiros com experiência quanto por professores ou por pessoas que não sejam da escola (familiares, conhecidos, etc.). Algo a ser levado em conta é que tendo mais gente na ocupação durante o dia se reduz muito a possibilidade de algum tipo de agressão à ocupação por parte das autoridades.

Essas atividades podem tanto ser recreativas quanto de formação: podem ser conversas sobre algum tema de interesse ou também pintar cartazes, murais, paredes, grafittis, oficinas de desenhos, o que se desejar. Finalmente, mas não menos importante, é durante esse período de atividades que os companheiros mais atarefados e presentes na ocupação possam relaxar e descansar, diminuindo o esgotamento e cansaço deles.

”

(Documento publicado pela Frente de Estudantes Libertários - Argentina em 2012. Traduzido e adaptado pelo coletivo O Mal Educado.)



• Geralmente as autoridades são avisadas da possível ocupação da escola e podem chegar a "entrincheirar-se" (ficar esperando os alunos lá) na diretoria, secretaria, etc. Isso deve ser evitado a todo custo, tendo em conta que nesses espaços é que estão os documentos dos estudantes nos quais as autoridades podem efetuar as sanções/advertências/suspensões/expulsões e fazê-las constar em ata;

• Evitar o uso de álcool, drogas, armas ou qualquer outro elemento proibido pela assembleia. Isso pode ser garantido evitando a entrada desses materiais, proibindo seu uso dentro da ocupação ou até descartando esses materiais;

Essa comissão não tem outra tarefa além de cumprir o que foi deliberado pela assembleia em relação ao tema da segurança. Em relação a casos de violência (tanto internos quanto externos) não se deve tomar uma posição de entrar na briga. Ao contrário, utilizando métodos fraternais, deve-se tentar acalmar os ânimos o máximo possível.

IMPRENSA - É encarregada de divulgar a ocupação para os meios de comunicação, outras escolas/universidades e para quem se considerar necessário. No caso dos meios de comunicação, deve-se chamar os meios selecionados, informando-os da ocupação e pedindo um número de celular para mandar uma nota (por mais bobo que isso pareça, ajuda bastante na difusão das razões da ocupação e da luta em si).

Assim que for feita a ocupação, essa comissão deve também redigir um comunicado no qual se explique suas razões e os motivos que os levaram a este ponto. O comunicado deve ser difundido por todos os meios possíveis (email, Facebook, meios de comunicação, etc.). É primordial ressaltar que o comunicado deve ser lido e não foi decidido na assembleia, sem a interferência de interesses pessoais ou partidários.

Outra ferramenta de divulgação da ocupação são os cartazes, para colar na fachada da escola com as reivindicações da luta que está sendo feita ali.

2. ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

Com esse texto não queremos nada mais que tentar deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando suas lutas agora. Textos como esse são os que nos fizeram falta durante os momentos de luta para evitar que conflitos dentro dos grêmios nos distraíssem dos problemas que são realmente importantes em um período de ocupação.

Não existe fórmula secreta nem perfeita para ocupar um colégio. Simplesmente é necessário seguir alguns princípios básicos, ter clareza sobre como se organizar e ajeitar o que foi planejado à conjuntura geral, à correlação de forças, etc.

Uma vez decidida e votada a ocupação do colégio pela totalidade dos estudantes, é primordial e "obrigatório" que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta.

Para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas, é preciso dividi-las de alguma maneira. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema específico, que fiquem responsáveis de supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas.

As seguintes comissões são básicas e não devem faltar em nenhum processo de ocupação:

COMIDA - É a comissão encarregada de garantir comida para quem dormirá no colégio. Ou seja, ela deve se assegurar para que haja pelo menos jantar e café da manhã. Pode cuidar do almoço, mas como esse é um horário em que há mais pessoas entrando e saindo do colégio, é mais fácil conseguir alimentos do que nos horários em que o colégio fica fechado.

SEGURANÇA - É uma das comissões mais importantes. É a encarregada de cuidar do patrimônio da escola e dos ocupantes. Também é a encarregada de evitar qualquer tipo de briga ou descontrole entre os estudantes. Ela deve fazer as seguintes tarefas:

- Fechar os principais acessos à escola e garantir que sempre tenha alguém os vigiando;

- Impedir que qualquer pessoa não autorizada pela assembleia entre na ocupação (depende do que for decidido coletivamente: professores, autoridades, jornalistas, pais, alunos de outras escolas, alunos que possam representar uma ameaça, etc.) exceto durante a realização de atividades abertas. Durante todo o dia deve haver um grupo considerável de companheiros na entrada principal – no mínimo três – que anotem em uma lista quem entrou e saiu e o horário em que essas pessoas entraram e saíram. Com isso, há um controle que garante um número constante de pessoas na ocupação. Ao encerrar a ocupação, essa lista deve ser destruída, para que não caia em mãos de autoridades que possam chegar a utilizá-la contra os estudantes, fazendo "listas negras", punindo, expulsando, etc;

INFORMAÇÃO - É a encarregada de difundir a informação dentro da ocupação. Ou seja, deve divulgar as resoluções tomadas pela assembleia para todos os estudantes, assim como informes dos meios de comunicação sobre o processo de ocupação. Dessa forma todos tem acesso à informação, igualando o nível de discussão de todos os companheiros e possibilitando um processo realmente democrático e igualitário. Deve também informar os horários e salas das atividades caso essas sejam atividades que todos possam participar.

LIMPEZA - É a encarregada de limpar o estabelecimento (varrer, lavar, etc.). Deve utilizar os utensílios que os funcionários emprestem ou, caso não possam emprestá-los, devem conseguí-los em suas casas ou onde for possível. É importante não só limpar, mas também evitar que os companheiros sujem o espaço, para reduzir o esforço coletivo de limpar grandes estabelecimentos, além de que um espaço muito sujo prejudica a imagem do movimento. Como é uma tarefa que a maioria não quer fazer, o melhor é incentivar a rotatividade de integrantes nessa comissão.

RELAÇÕES EXTERNAS - É um tema importante, sobretudo para evitar que organizações, grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes. É necessário proibir práticas que só tenham como objetivo "ganhar ibope" à custa do movimento ou o movimento pode perder sua legitimidade e se esvaziar ao tentarem impor uma bandeira externa.

Para falar com os meios de comunicação, a assembleia deve eleger um ou dois delegados revogáveis (de preferência com mais de 18 anos, para evitar inconvenientes com a lei) que possam comunicar apenas o decidido pela assembleia, sem emitir opiniões pessoais ou de seus grupos.

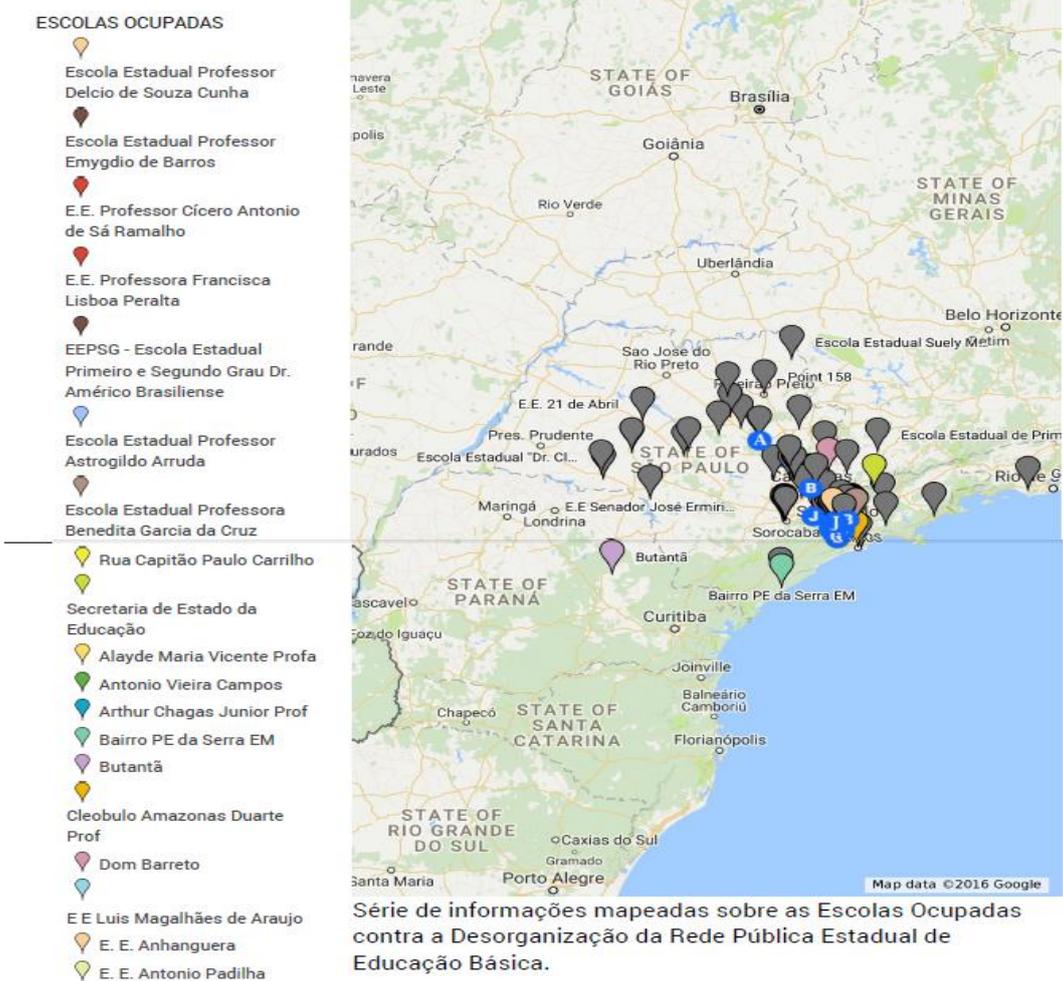
Para falar com as autoridades (da escola ou externas, como a polícia) devem ser eleitos também um ou dois delegados revogáveis. Esses, depois da discussão, devem transmitir tudo o que foi discutido para a assembleia. Se não o fizerem devem ser trocados. Todas as propostas que surgirem por parte das autoridades devem ser discutidas em assembleia antes de tomar qualquer decisão.

É desejável gravar as reuniões com as autoridades para evitar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Devem ser escolhidos também um ou dois delegados para ir às assembleias das escolas vizinhas para dar informações sobre a ocupação, trazendo depois informes das outras escolas para a ocupação.



ANEXO D – Mapa interativo das escolas ocupadas

Mapa de Escolas Ocupadas



ANEXO E – Música de Dani Black feita em apoio aos secundaristas

Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá

E nem me colocando numa jaula porque sala de aula
Essa jaula vai virar (2x)

Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá (2x)

E nem me colocando numa jaula porque sala de aula
Essa jaula vai virar (2x)

A vida deu os muitos anos de estrutura do humano
À procura do que Deus não respondeu
Deu a história, a ciência, a arquitetura
Deu a arte e deu a cura e a cultura pra quem leu

Depois de tudo até chegar neste momento
Me negar conhecimento é me negar o que é meu
Não venha agora fazer furo em meu futuro,
Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu
Vocês vão ter que acostumar porque...

Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá (2x)

E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula
Essa jaula vai virar (2x)

E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo para lutar pelo que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha tem que ter escola
Ninguém quer esmola, isto ninguém pode negar

Nem a lei, nem estado, nem turista
Nem palácio, nem artista, nem Polícia Militar

Vocês vão ter que me engolir, se entregar
Porque...

ANEXO F – DECRETO 61.692 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015**DECRETO Nº 61.692,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015**

Revoga o Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica revogado o Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, que disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de dezembro de 2015

GERALDO ALCKMIN

Irene Kazumi Miura

Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.